



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

RITA DE CÁSSIA DE LIMA BEZERRA
THAYS EMMANUELLE DA SILVA BARBOSA

**O ESPAÇO FÍSICO EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO
INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA
CRIANÇA**

JOÃO PESSOA – PB
JUNHO 2016

RITA DE CÁSSIA DE LIMA BEZERRA
THAYS EMMANUELLE DA SILVA BARBOSA

**O ESPAÇO FÍSICO EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO
INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA
CRIANÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal da Paraíba como parte dos requisitos necessários para a obtenção da licenciatura plena em Pedagogia. Sob a orientação da Professora Nádia Jane de Souza.

JOÃO PESSOA – PB
JUNHO 2016

B574e Bezerra, Rita de Cássia de Lima.

O espaço físico em instituições de educação infantil: contribuições para o desenvolvimento da criança / Rita de Cássia de Lima Bezerra, Thays Emmanuelle da Silva Barbosa. – João Pessoa: UFPB, 2016. 74f. ; il.

Orientadora: Nádia Jane de Souza

Monografia (graduação em Pedagogia - licenciatura) – UFPB/CE

1. Educação infantil. 2. Espaços físicos. 3. Infraestrutura. I. Barbosa, Thays Emmanuelle da Silva. II. Título.

UFPB/CE/BS

CDU:

373.2(043.2)

RITA DE CÁSSIA DE LIMA BEZERRA
THAYS EMMANUELLE DA SILVA BARBOSA

**O ESPAÇO FÍSICO EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO
INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA
CRIANÇA**

Banca examinadora:

Orientadora _____

Professora: Nádia Jane de Souza (Universidade Federal da Paraíba)

Professora: Elzanir dos Santos (Universidade Federal da Paraíba)

Examinadora interna

Professora: Idelsuite de Sousa Lima (Universidade Federal da Paraíba)

Examinadora interna

Apresentado em: ____ / ____ / ____

Conceito _____

JOÃO PESSOA – PB

JUNHO 2016

Dedicamos este trabalho a todos os nossos familiares e amigos, que estiveram conosco durante esta longa jornada e que trouxeram contribuições a nossa formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS – Rita de Cássia

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida e por estar sempre comigo, cuidando de mim e por ter me ajudado a concluir mais essa etapa de minha vida.

Ao meu esposo, Rafael, pelo companheirismo e compreensão em todos os momentos.

A minha mãe, Ednalva, por todo o incentivo e dedicação, por todo amor que sempre me dedicou durante esses anos.

Ao meu pai, João, por acreditar em mim e dedicar-se inteiramente na realização deste sonho.

A minha amiga e companheira neste trabalho, Thays, por sua dedicação, força, coragem e inspiração com sua história de vida.

Agradeço a nossa professora e orientadora, Nádia, pela orientação, dedicação e esclarecimentos na condução de nossas ideias.

As colegas de turma por todo tempo compartilhado.

E a todas as pessoas que direta e indiretamente contribuíram para que este sonho se tornasse realidade.

AGRADECIMENTOS – Thays Emmanuelle

Ao iniciar essa jornada, eu não imaginava como seria passar anos de minha vida cursando uma graduação. Logo pensei que não seria fácil, mas que eu iria, com certeza, precisar de muito apoio e de muita força. Por essa razão, agradeço imensamente a todos que estiveram comigo ao longo desse caminho. Foram muitas as pessoas que me auxiliaram durante estes anos da minha vida, em que tive que abrir mão de muitas coisas. Agradeço primeiramente ao meu grandioso Deus, pois ele esteve e está comigo a todo o momento. Ele me fortaleceu em todos os momentos difíceis e delicados. Ele me guiou, me iluminou e me encheu de sabedoria, para que eu pudesse traçar um caminho de muitas realizações. Deus fortaleceu minha fé, e me enxergar em minha mesma, uma força que eu mesma não conhecia. Eu te agradeço meu DEUS, pois tua mão me trouxe até aqui. Eu te agradeço senhor.

Agradeço a todos os meus familiares (irmãos, padrinhos, primos e primas, tios e tias, sobrinho), pois em todos os momentos estiveram ao meu lado, com uma palavra de apoio e incentivo. Vocês foram essenciais. Agradeço ao meu pai Júlio e ao meu esposo Amós, por sempre acreditarem em mim, por sempre me apoiarem. Agradeço a minha linda e amada mãe Ednalva, que é uma luz em minha vida. Obrigada mãe por tudo o que fizeste por mim durante esta jornada. Me destes força e me animastes nos momentos em que eu mais precisei. Foi você que me disse que eu era capaz. Você me mostrou que eu podia ir muito além do que eu imaginava. Eu te amo. Eu agradeço a você minha amada filha Lara, pois por você eu lutei até aqui. Você é a minha inspiração, o motivo do meu sorriso, a razão do meu viver. És o amor da minha vida. És tudo para mim. Você me fortaleceu, e me tornou uma pessoa melhor. Você é o presente mais lindo que Deus me deu. Como fui abençoada! Você é a razão pela qual eu luto todos os dias. Você é o amor mais verdadeiro, e mais puro que vive no meu coração. O meu amor de mãe é indescritível. Eu te amo!

Agradeço a todas as pessoas que conheci ao longo do curso, pois cada uma delas trouxe para minha formação, grandes contribuições. Agradeço a minha amiga de curso e companheira de trabalho de conclusão de curso, Anny. Pois ela foi uma grande amiga durante essa trajetória. Auxiliou-me, me incentivou, me ajudou e me presenteou com sua amizade. Agradeço a minha orientadora, que em muitos momentos esteve presente em minha formação. A professora Nádia eu dedico meus sinceros agradecimentos. És especial! Vocês são demais.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso aborda a discussão acerca dos espaços físicos das Instituições de Educação Infantil, na perspectiva da análise da qualidade destes espaços. Neste sentido abordamos documentos que regulamentam a infraestrutura das instituições de Educação Infantil no Brasil e em nossa região. O nosso trabalho foi desenvolvido a partir da experiência que obtivemos durante o estágio supervisionado e obrigatório em Educação Infantil, realizado em um CREI na cidade de João Pessoa. O objetivo central desse trabalho é compreender como o espaço físico contribui para o desenvolvimento integral das crianças. Foram realizadas visitas a duas Instituições de Educação infantil de João Pessoa com o objetivo de observar os seus espaços físicos e sua utilização. Os espaços físicos desenvolvem as potencialidades e estimulam novas habilidades essenciais na construção da autonomia, colocando a criança como agente construtora do seu próprio conhecimento, visto que a criança precisa explorar os espaços para vivê-lo e interagir com o mesmo.

Palavras chaves: **espaços físicos – educação infantil – infraestrutura.**

ABSTRACT

This course conclusion work deals with the discussion of the physical spaces of the Early Childhood Education Institutions, the analysis from the perspective of the quality of these spaces. In this sense approach documents governing the infrastructure of Child Education institutions in Brazil and in our region. Our work was developed from the experience we have gained during the supervised and compulsory training in Early Childhood Education, held in a CREI in the city of João Pessoa. The main objective of this work is to understand how the physical space contributes to the integral development of children. Visits were made to two institutions of child education João Pessoa in order to observe their physical spaces and their use. The physical spaces develop the potential and stimulate new skills essential in the construction of autonomy, placing the child as agent construction of their own knowledge, since the child needs to explore the spaces to live it and interact with it.

Key words: physical spaces - Children education - infrastructure.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1	PARQUE DE AREIA CREI I	39
IMAGEM 2	BALANÇOS CREI I	40
IMAGEM 3	JARDIM CREI I	41
IMAGEM 4	JARDIM CREI I	41
IMAGEM 5	ÁREA JARDIM CREI I	42
IMAGEM 6	ÁREA JARDIM CREI I	42
IMAGEM 7	PÁTIO COBERTO CREI I	43
IMAGEM 8	PÁTIO COBERTO CREI I	44
IMAGEM 9	ENTRADA CREI II	46
IMAGEM 10	PÁTIO COBERTO CREI II	47
IMAGEM 11	PÁTIO COBERTO CREI II	47
IMAGEM 12	PÁTIO COBERTO CREI II	48
IMAGEM 13	BRINQUEDOS PÁTIO CASINHA CREI II	48
IMAGEM 14	BRINQUEDOS PÁTIO ESCORREGO	49
IMAGEM 15	BRINQUEDO CASINHA CREI II	49
IMAGEM 16	PIAS PEQUENAS CREI II	50
IMAGEM 17	BANHEIRO CREI II	50
IMAGEM 18	SANITARIOS ADAPTADOS CREI II	51
IMAGEM 19	PRATELEIRAS CREI II	51
IMAGEM 20	CHUVEIROS CREI II	52
IMAGEM 21	BANHEIRO (LOCAL EM QUE AS CRIANÇAS AGUARDAM O BANHO) CREI II	52
IMAGEM 22	LOCAL PARA O BANHO CREI II	53
IMAGEM 23	SOLARIUM CREI II	54
IMAGEM 24	SOLARIUM CREI II	54
IMAGEM 25	JANELAS SALA DE AULA CREI II	55
IMAGEM 26	JANELAS SALAS DE AULA CREI II	55
IMAGEM 27	PARQUE DE AREIA CREI II	56
IMAGEM 28	PARQUE DE AREIA (BALANÇOS) CREI II	57
IMAGEM 29	PARQUE DE AREIA (BALANÇOS) CREI II	57

IMAGEM 30 PARQUE DE AREIA CREI II	58
IMAGEM 31 PARQUE DE AREIA (BRINQUEDO) CREI II	58
IMAGEM 32 SALA DE INFORMÁTICA CREI II	59
IMAGEM 33 SALA DE INFORMÁTICA (RECURSOS) CREI II	60
IMAGEM 34 REFEITÓRIO CREI II	61
IMAGEM 35 LOCALIZAÇÃO DO PÁTIO CREI II	61
IMAGEM 36 ANFITEATRO CREI II	62
IMAGEM 37 LOCALIZAÇÃO ANFITEATRO CREI II	62
IMAGEM 38 ÁREA EXTERNA CREI II	63
IMAGEM 39 ÁREA EXTERNA CREI II	63
IMAGEM 40 ÁREA EXTERNA CREI II	64
IMAGEM 41 ÁREA EXTERNA CREI II	64

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 ATÉ DOS DIAS ATUAIS	16
3. DISCUTINDO O ESPAÇO A PARTIR DE POLÍTICAS PÚBLICAS	24
4. TEMPO E ESPAÇO: compreendendo os efeitos e as influências da organização do tempo/espaço nas instituições de educação infantil	31
4.1. O TEMPO E O AMBIENTE: compreendendo a organização das práticas pedagógicas	33
5. METODOLOGIA	37
6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	38
6.1 CARACTERIZAÇÃO DO CREI I	38
6.2 CARACTERIZAÇÃO DO CREI II	45
6.3 COMPARAÇÃO E ANÁLISE DOS CREIs A PARTIR DOS PARÂMETROS BÁSICOS DE INFRAESTRUTRA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL	65
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
8. REFERÊNCIAS	73

1. INTRODUÇÃO

A discussão acerca dos espaços físicos, em especial os espaços das Instituições de Educação Infantil é de suma importância para compreender a qualidade da educação oferecida a todas as crianças brasileiras. Nesta perspectiva, as políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da Educação Infantil no Brasil, são ações que objetivam levá-la a um padrão de qualidade estabelecido por alguns documentos oficiais, que regulamentam e dão visibilidade a estas ações em todo o território nacional. Este padrão de qualidade tem como principal objetivo possibilitar à Educação Infantil, um nível cada vez mais alto de qualidade, em termos de infraestrutura, formação inicial e continuada de professores e professoras, aprendizagem e desenvolvimento integral da criança, entre outros.

A Educação Infantil é considerada legalmente, no Brasil, como primeira etapa da Educação Básica. A referida etapa é considerada o pilar da educação, visto que a mesma é o sustento de todo um percurso futuro, em todos os mais variados aspectos, especialmente na educação, construção da cidadania e socialização do indivíduo. Dessa maneira, é entendido que a Educação Infantil possui uma das mais importantes missões da educação, a de iniciar a formação do indivíduo e a de possibilitar ao mesmo as condições necessárias para isso, como por exemplo, espaços físicos adequados, para o seu pleno desenvolvimento.

Compreender os espaços físicos enquanto um dos elementos que configura a qualidade da educação na infância vai muito além da mera compreensão de um conceito de qualidade, muitas vezes estático. Compreender sua importância no contexto da Educação Infantil é entendê-lo enquanto um colaborador ao desenvolvimento da criança. A organização e adequação dos espaços físicos das referidas instituições tornam-se cada vez mais necessárias, visto que por meio destes espaços a criança se desenvolve de forma efetiva e significativa.

Entende-se o espaço enquanto elemento educador, pois através das possibilidades apresentadas por ele, é proporcionado à criança interações que a fazem aprender com o meio e com tudo aquilo que a cerca. Tudo aquilo que está presente no meio externo é utilizado como recurso de aprendizagem pela criança e o espaço, neste contexto, possui a responsabilidade de possibilitar a criança as mais diversas formas da aprendizagem. De acordo com FIORE (2011, p.8) temos:

O espaço educa, dependendo das interações pedagógicas. Seu planejamento nunca é neutro. Sua formalização reproduz as concepções de quem o organiza. Logo, a forma como se dispõem os móveis, os materiais, o modo como eles são ocupados pelas crianças e adultos e o modo como interagem, revelam, ainda que implicitamente, uma dada concepção pedagógica em uso. Do mesmo modo, reflete o que se pensa sobre a criança e como deve ser o seu processo educativo

São muitas as razões que justificam a nossa escolha por tal temática. Apresentamos neste momento, as nossas razões, que sustentam e justificam a nossa escolha pelo tema em discutir os espaços físicos como grande aliado ao desenvolvimento da criança.

As razões pessoais residem, basicamente, em aspectos que constatamos durante nossas experiências em Educação Infantil, especialmente em creches, ou seja, o estágio supervisionado obrigatório em Educação Infantil e o projeto de extensão a respeito da Educação Infantil, em termos de planejamento educacional, que nos possibilitou a convivência diária e contínua nas referidas Instituições e por meio destas, tivemos a oportunidade de vivenciar as práticas pedagógicas presentes em algumas das Instituições que visitamos em alguns bairros da nossa cidade João Pessoa. A partir destas experiências sentimos a necessidade de estudar e analisar os espaços físicos das Instituições de Educação Infantil, uma vez que buscávamos compreender, como ocorre a utilização dos referidos espaços, e sua contribuição ao desenvolvimento da criança.

A nossa escolha pelo referido tema, justifica-se também devido nossas experiências profissionais na área da Educação Infantil, que trouxeram grandes contribuições a nossa formação acadêmica, uma vez que tivemos a oportunidade de articular teoria/prática, construindo novos saberes e desmistificando alguns paradigmas, uma vez que a vivência cotidiana na Educação Infantil nos possibilitou compreendê-la em suas mais diversas formas e representação.

Durante nossas experiências profissionais, constatamos a grande importância dos espaços físicos adequados para o desenvolvimento das crianças durante sua utilização.

Acreditamos plenamente que os estudos na área da Educação Infantil são de suma importância para a sociedade, visto que a mesma atende boa parte da população. Acreditamos então, que a temática possui uma excelente relevância social, pois a Educação Infantil é a etapa mais crucial do desenvolvimento integral da criança, uma vez que por meio desta, o indivíduo interage com o meio que o cerca, e por meio desta interação, cresce e evolui.

Partindo de tais premissas a problemática do presente estudo está ancorada no seguinte questionamento: Como a estruturação do espaço físico em instituições de Educação Infantil na cidade de João Pessoa está contribuindo no desenvolvimento integral das crianças?

Sendo assim este trabalho tem como principal objetivo: Compreender como o espaço físico contribui para o desenvolvimento integral das crianças. Neste sentido, o presente estudo aborda questões atreladas aos espaços físicos das Instituições de Educação Infantil, em especial na cidade de João Pessoa. Como objetivos específicos desta pesquisa, apresentamos: analisar os documentos oficiais de infraestrutura para a educação infantil; compreender como a organização do espaço físico pode influenciar no desenvolvimento de práticas pedagógicas; comparar a infraestrutura e a qualidade dos espaços físicos em Centros de Referência em Educação Infantil na cidade de João Pessoa.

Para tanto, realizamos uma discussão acerca da configuração da educação infantil, em termos de percurso histórico, principalmente pelos estudos que apontam a Educação Infantil a partir do seu surgimento e reconhecimento, até a Constituição de 1988. Ainda na perspectiva da discussão sobre os espaços físicos das citadas Instituições, abordamos e analisamos documentos acerca do padrão de qualidade das Instituições de Educação Infantil, em termos de infraestrutura. Faz-se necessário e imprescindível tratar a discussão a respeito da contribuição destes espaços para o desenvolvimento da criança, uma vez que por meio da interação com o meio, a criança vivencia e aprende com as mais diversas experiências que o meio externo proporciona.

A pesquisa ocorreu por meio da realização de estudos e pesquisas bibliográficas, documentais e campo de pesquisa. A referida pesquisa é qualitativa. “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (GERHARD e SILVEIRA, 2009, p. 31).

Foram realizadas visitas a duas Instituições de Educação infantil de João Pessoa, em que ocorreram a observação dos seus espaços físicos e sua utilização. A visita aos dois CREIs de João Pessoa foi realizada em localidades distintas.

O referido trabalho de conclusão de curso está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo consiste na discussão a respeito da Educação Infantil no Brasil, partindo da Constituição de 1988 até os dias atuais. O segundo capítulo aborda uma discussão acerca dos espaços físicos das Instituições de Educação Infantil, trazendo uma breve análise a respeito da infraestrutura destes espaços, por meio de documentos que regulamentam a organização destes espaços. Ainda neste capítulo, relatamos a análise de dados da pesquisa realizada nos CREIs que foram visitados. O último capítulo apresenta uma discussão quanto à organização das rotinas nas instituições de Educação Infantil, no que concerne ao uso do tempo e do espaço, para que dessa maneira seja possível realizar uma reflexão sobre a referida

organização. Neste capítulo abordamos essa organização como ponto de partida para compreender a qualidade das práticas pedagógicas, mediante o uso do tempo e do espaço, especialmente, por meio das consequências geradas por essa organização e utilização.

2. EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 ATÉ AOS DIAS ATUAIS

Durante muito tempo a criança era vista apenas como um ser biológico comum, “sem estatuto social nem autonomia existencial” (SARMENTO, 2003, p.3). Só no início da modernidade o termo infância surgiu como uma etapa da vida humana. Para Sarmento,

A construção histórica da infância foi o resultado de um processo complexo de produção de representações sobre as crianças, de estruturação dos seus cotidianos e mundos de vida e, especialmente, de constituição e organizações sociais para as crianças. (Ibid.)

Para que esta etapa da vida humana fosse institucionalizada como infância, foi necessário um processo que ocorreu por meio de quatro fatores: criação da escola, recentramento do núcleo familiar, produção de disciplinas e saberes periciais e administração simbólica da infância, ou seja, a escola se desenvolveu de forma significativa e foi universalizada; a família assumiu o seu papel para com a criança; os saberes voltados para o estudo da criança se desenvolveram livremente e com a autonomia, e por fim, a administração simbólica foi regularizada e normatizada de acordo com as necessidades exigidas para que o desenvolvimento da criança fosse saudável. (SARMENTO, 2003).

Porém no final do século XX, esses fatores mencionados acima sofreram uma crise, em que deu origem ao processo de reinstitucionalização da infância. O espaço em que a criança ocupava naquele momento na sociedade não era mais o mesmo e não poderia mais permanecer da mesma forma, pois o contexto da modernidade se reconfigurou por influência da economia e do marketing.

Com a reentrada da infância na economia, o trabalho infantil aumentou, especialmente para as crianças com menor poder aquisitivo e gerou mudanças significativas e estruturais no papel da família. Por outro lado, o marketing inseriu as crianças na publicidade, para que elas demonstrem os produtos, gerando como consequência o aumento do consumo na infância. (SARMENTO, 2003).

Durante séculos, no entanto, a educação dos infantes esteve sob responsabilidade da família. No Brasil, historicamente, as primeiras iniciativas de criações de creches, surgiram no período da Revolução Industrial, com a ideia de liberar a mão-de-obra feminina. Sendo assim, as creches tinham um caráter assistencialista, ou seja, serviam de auxílio às mulheres que precisavam trabalhar fora de casa e foram criadas apenas com o objetivo de cuidar das

crianças no ponto de vista físico, ou seja, totalmente despreocupadas como o total desenvolvimento da criança e os aspectos educacionais. A princípio atendiam apenas as crianças pobres cujas mães estivessem trabalhando, visto que na época da escravidão a mortalidade infantil cresceu significativamente. Por consequência “os primeiros atos dirigidos às crianças iniciaram-se com os médicos higienista na década de 1870” (TURCI, 2012, p.8).

Ao refletirmos acerca da história da Educação Infantil, é de suma importância considerarmos alguns fatores sociais que influenciaram para esta construção, a saber: a inserção da mulher no mercado de trabalho, as novas representações da família, novas concepções sociais da infância e o grande avanço social. Para Oliveira,

A modificação de um série de fatores ligados à inserção social das famílias e, particularmente, à entrada das mulheres no mercado de trabalho foi acompanhada pelo aparecimento de concepções que defendiam o cuidado e a educação de crianças pequenas em creches e pré-escolas como alternativas valiosas de promoção do desenvolvimento infantil. (OLIVERIA, 2002, p.167).

Nesta perspectiva Kuhmann Jr. (apud TURCI, 2012, p.8) “considera que a história das instituições educacionais, assim como a Educação Infantil estão ligadas ao processo da infância, da família, da população, da urbanização, do trabalho e das relações de produção”. A partir destes fatos, foram criadas as primeiras instituições que atendessem de forma assistencial as crianças pequenas.

Até os anos 60 no Brasil, não existiam Leis que garantissem a oferta da Educação Infantil. Nos anos 70, as políticas existentes voltadas à Educação Infantil “defendiam a educação compensatória com vistas à compensação de carências culturais, deficiências linguísticas e defasagens afetivas das crianças provenientes das camadas populares” (KRAMER, 2006, p. 799). Só a partir de diversos movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças e das mulheres, surge na Constituição de 1988 a educação das crianças de 0 a 6 anos como direito do cidadão e dever do Estado e a inclusão da creche e pré-escola como garantia legal. Em seu artigo 208, inciso IV a Constituição afirma que “[...] o dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escola, às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988).

Sobra essa questão Oliveira (2002, p. 116) afirma que:

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que determinou que 50% da aplicação obrigatória de recursos em educação fosse destinada a programas de alfabetização em um momento em que era defendida a alfabetização de crianças em idade anterior à do ingresso no ensino

obrigatório, houve expansão no número de pré-escolas e alguma melhoria no nível de formação de seus docentes, muitas vezes já incluídos em quadros de magistério.

Em 1990 surge o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirmando esses direitos. Em seu Art. 4º, o mesmo afirma que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Do mesmo modo que, com mais este documento os direitos das crianças foram reafirmados, também a partir dele foram “estabelecidos mecanismos de participação e controle social na formulação e na implementação de políticas para a infância” (BRASIL, 2006a, p.9).

O ECA, em seu Artigo 53 reafirma o direito da criança à educação:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais (BRASIL, 1990).

Ferreira (apud PASCHOAL & MACHADO 2009, p.85) afirma que essa lei é mais do que um simples instrumento jurídico, visto que a mesma:

Inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. O ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento.

Em 1994 o Ministério de Educação e Cultura (MEC), realizou diversos encontros e seminários, em que discutiram com gestores municipais e estaduais de educação, questões sobre as políticas para a Educação Infantil, coordenando a criação do primeiro documento de Política Nacional de Educação Infantil que desde sua primeira versão até a mais atual, tem como principais objetivos:

Expansão da oferta de vagas para a criança de 0 a 6 anos, o fortalecimento, nas instâncias competentes, da concepção de educação e cuidado como aspectos indissociáveis das ações dirigidas às crianças e a promoção da melhoria da qualidade do atendimento em instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006a, p.10).

A partir das políticas existentes e de diversas discussões sobre os direitos das crianças à educação, surge em 1996 na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica. Em seu Artigo 29 a lei afirma que: “a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (BRASIL, 1996).

Frente a essa nova concepção de Educação infantil, Didonet (apud PASCHOAL & MACHADO, 2008, p. 86) determina três objetivos para essa modalidade de educação básica, a saber:

Objetivo Social: associado à questão da mulher enquanto participante da vida social, econômica, cultural e política;
Objetivo Educativo: organizado para promover a construção de novos conhecimentos e habilidades da criança;
Objetivo Político: associado à formação da cidadania infantil, em que, por meio deste, a criança tem o direito de falar e de ouvir, de colaborar e de respeitar e ser respeitada pelos outros.

A Educação Infantil passando a ser considerada como primeira etapa da educação básica “adquiriu reconhecimento e ganhou uma dimensão mais ampla no sistema educacional” (BRASIL, 2006a, p.10).

Esta nova percepção de Educação Infantil, trouxe também uma valorização ao profissional que atua nessa área, passando a ser exigida do mesmo, segundo o Art. 62 da LDB uma formação “em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima” (BRASIL, 1996, art. 62).

A Lei também determina uma flexibilidade ao funcionamento da creche e pré-escola, visto que permite a adoção de diversas formas de organização e práticas pedagógicas, definindo também, níveis de responsabilidade sobre a regulamentação da Educação Infantil dentro dos sistemas de ensino, enquanto sistemas próprios ou integrados.

A partir das alterações determinadas pela lei 12.796 de 2013 a LDB determina em seu Artigo 31, algumas regras para a organização da educação infantil, a saber:

- I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;
- II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;
- III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral
- IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;
- V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança (BRASIL, 1996, art.31).

Em 1998, após grandes debates nacionais com professores e profissionais que atuaram diretamente com as crianças pequenas e atendendo as determinações da LDB, foi elaborado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), tratando-se de um conjunto de referências e orientações pedagógicas com objetivo de auxiliar o professor em seu trabalho diário. Tal documento pretende,

apontar metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos. Visa, também, contribuir para que possa realizar, nas instituições, o objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural. (BRASIL, 1998, v.3, p.5).

O documento propõe que as atividades sejam planejadas, além de brincadeiras, a partir de situações pedagógicas orientadas, visto que:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998,v.3 p.23).

O RCNEI, portanto, trata-se de uma proposta pedagógica aberta e flexível, que apresenta uma composição de orientações educacionais.

Enquanto o MEC elaborava o RCNEI, o Conselho Nacional de Educação desenvolveu a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), que em seu Art. 2 afirma que as mesmas “orientarão as Instituições de Educação Infantil dos Sistemas Brasileiros de Ensino, na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas” (BRASIL, 1999, art. 2).

Refletindo um dos documentos mais atuais, temos os Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil, criado pelo MEC em 2006 com o objetivo de “estabelecer padrões de referência orientadores para o sistema educacional no que se refere à organização e funcionamento das instituições de Educação Infantil” (BRASIL, 2006b, p.8).

O documento apresenta referências de qualidade para a Educação Infantil a serem utilizados pelos sistemas educacionais, creches, pré-escola e centros de Educação Infantil, buscando através destas, promover a igualdade de oportunidades educacionais e que levem em consideração as diferenças, diversidade, desigualdades e das muitas culturas presentes no ambiente escolar.

Sobre a qualidade que deve ser alcançada nas instituições de Educação Infantil, o documento afirma que:

A qualidade não pode ser pensada exclusivamente em função do que é oferecido em cada instituição de Educação Infantil, pois depende do apoio e da orientação oferecidos pelo poder público. Dessa forma, um sistema educacional de qualidade é aquele em que as instâncias responsáveis pela gestão respeitam a legislação vigente, têm papéis definidos e competências delimitadas e apóiam financeira, administrativa e pedagogicamente as instituições de Educação Infantil a ele vinculadas (BRASIL, 2006b, p.13).

Nessa pequena contextualização da Educação Infantil no Brasil, percebemos que esta etapa da educação básica surge como política pública apenas no final do século XX, o que nos demonstra uma total desvalorização com a infância brasileira durante muitos anos. Por outro lado, a partir dessa conjunção histórica, também notamos o quanto a preocupação com esta etapa da vida vem aumentando e ganhando leis, documentos e estudos que reforçam sua importância.

Apesar de em nosso país, as discussões sobre currículo e propostas pedagógicas serem antigas, foi a partir da publicação da Constituição de 1988 que estas questões centraram na Educação Infantil, ganhando ainda mais força com a elaboração da LDB que inclui legalmente a Educação Infantil no sistema educacional. Este fato também influenciou novas orientações metodológicas, que subsidiaram novas propostas pedagógicas e curriculares nas instituições de Educação Infantil, visto que foi identificada uma fragilidade e instabilidade nas propostas existentes.

O percurso da Educação Infantil assumiu e ainda hoje assume diversas funções. De tal forma que, percebemos em algumas situações uma função meramente assistencialista, em outro momento com um caráter compensatório, e por vezes com um caráter educacional. Entretanto, as diversas concepções de criança vêm ao longo da história se modificando, e atualmente a criança já é reconhecida como sujeito de direito histórico e social, capaz de produzir cultura no meio em que está inserida. Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil afirma que esse novo olhar para a criança “transcendem a história, a antropologia, a sociologia e a própria psicologia resultando em uma perspectiva que define a criança como ser competente para interagir e produzir cultura no meio em que se encontra” (BRASIL, 2006b, p.13).

Frente ao crescimento da Educação Infantil no Brasil nas últimas décadas, a busca pela equidade, valorização e qualidade da educação se faz cada vez mais necessária, através de políticas públicas que articulem todos os entes federativos de forma a consolidar as ações educacionais direcionadas para a infância.

Paschoal e Machado (2008) a partir dos pensamentos de Barreto (1998) refletem a educação da primeira infância, reconhecendo que apesar dos grandes avanços em termos de legislação, é preciso também reconhecer “os inúmeros desafios impostos para o efetivo atendimento desse direito, que podem ser resumidos em duas grandes questões: a de acesso e a da qualidade do atendimento” (Idem, p.88). Sendo assim, afirma,

As instituições de Educação Infantil no Brasil, devido à forma como se expandiu, sem os investimentos técnicos e financeiros necessários, apresenta, ainda, padrões bastantes aquém dos desejados [...] a insuficiência e inadequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos; a não incorporação da dimensão educativa nos objetivos da creche; a separação entre as funções de cuidar e educar, a inexistência de currículos ou propostas pedagógicas são alguns problemas a enfrentar (Ibidem).

A sociedade contemporânea, caracterizada por diversas transformações no mercado de trabalho, os grandes avanços tecnológicos e as facilidades nos meios de comunicação, a caracterizando como sociedade virtual, aumentou ainda mais os desafios da escola, no que se refere à conquista de uma educação democrática e que atenda as demandas sociais de todos os indivíduos.

Frente a essa nova sociedade, as instituições de Educação Infantil, antes com práticas pedagógicas assistencialistas, compensatórias e tradicionais, devem se transformar em locais que acolham e eduquem a criança propiciando condições necessárias que favoreçam uma aprendizagem significativa de forma a contribuir diretamente no desenvolvimento destas, garantindo condições necessárias que atendam as exigências da nova concepção de Educação Infantil.

3. DISCUTINDO O ESPAÇO A PARTIR DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesse tópico, discutiremos acerca de questões relacionadas aos espaços físicos em Instituições de Educação Infantil. Assim sendo algumas regulamentações que permeiam a ideia de qualidade na Educação Infantil a partir da infraestrutura e mobiliário, que ocorrerá através da análise de documentos oficiais que permeiam, organizam, legalizam e direcionam a organização deste padrão de qualidade dos respectivos espaços.

Para entender a política de infraestrutura para Instituições de Educação Infantil e a compreensão do padrão de qualidade dos espaços físicos das mesmas, previstos nos mais diversos documentos voltados à infraestrutura das unidades de Educação Infantil no Brasil, faz-se necessário compreender o que se entende por Políticas Públicas.

Por políticas públicas, entendemos como ações, programas ou qualquer tipo de atividade que seja desenvolvida com o intuito de garantir algum direito ao cidadão, fundamental ao ser humano e a sua vivência social. Estes direitos são garantidos pela lei cidadã no Brasil, intitulada **Constituição Federal** do ano de 1988, que afirma no que concerne a estes direitos caracterizados enquanto sociais, o seguinte:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

Dessa maneira, compreende-se que, enquanto foco deste estudo, é importante e necessário ressaltar o item da Constituição, no que diz respeito aos direitos sociais, o direito à infância. O direito à infância é uma discussão que compõe as políticas públicas destinadas a essa etapa da vida, especialmente voltadas para a educação e desenvolvimento das crianças, nos mais diversos espaços que a mesma está inserida.

O documento Política Nacional de Educação Infantil: pelos direitos das crianças de 0 a 6 anos, determina como um de seus objetivos “garantir espaços físicos, equipamentos, brinquedos e materiais adequados nas instituições de Educação Infantil, considerando as necessidades educacionais especiais e a diversidade cultural.” (BRASIL, 2006a, p.19).

O mesmo determina também como uma de suas metas:

Divulgar, permanentemente, padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas) públicas e privadas, que, respeitando as diversidades regionais,

asseguem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a:

- espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário;
- instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças;
- instalações para preparo e/ou serviço de alimentação;
- ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da Educação Infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brincar;
- mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;
- adequação às características das crianças com necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2006a, p. 21,22).

Dessa maneira, entende-se que a garantia de espaços físicos adequados, na da Educação infantil é imprescindível para o desenvolvimento da criança e que o direito a educação de qualidade, proposto pela legislação citada anteriormente, seja de fato garantido. Ter um espaço físico adequado às crianças e ao seu pleno desenvolvimento é uma das formas de garantir um direito social, isto é, o direito a infância e à educação nesta fase da vida. Dessa maneira, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil enfatiza que:

A estruturação do espaço, a forma como os materiais estão organizados, a qualidade e adequação dos mesmos são elementos essenciais de um projeto educativo. Espaço físico, materiais, brinquedos, instrumentos sonoros e mobiliários não devem ser vistos como elementos passivos, mas como componentes ativos do processo educacional que refletem a concepção de educação assumida pela instituição. Constituem-se em poderosos auxiliares da aprendizagem. Sua presença desponta como um dos indicadores importantes para a definição de práticas educativas de qualidade em instituição de educação infantil. (BRASIL, 1998, v.1 p.68).

O mesmo afirma ainda que,

O espaço na Instituição de Educação Infantil deve propiciar condições para que as crianças possam usufruí-lo em benefício do seu desenvolvimento e aprendizagem. Para tanto é preciso que o espaço seja versátil e permeável à sua ação, sujeito a modificações propostas pelas crianças e pelos professores em função das ações desenvolvidas. (BRASIL, 1998 v.1, p.69).

O espaço físico, portanto, possui uma função essencial ao desenvolvimento biológico, psicológico e social da criança, pois é justamente nestes espaços que a criança está propícia a se desenvolver, e isto ocorre por meio das interações e experiências que o meio externo lhe oferece constantemente.

A organização dos espaços é fundamental para o desenvolvimento da criança. Dessa forma, compreende-se que a organização e utilização dos espaços devem ser uma ação

planejada, uma vez que o trabalho educativo com as crianças necessita, basicamente, de um planejamento prévio e coerente, que possibilite o pleno desenvolvimento da criança.

O espaço e o mobiliário das Instituições de Educação Infantil são elementos imprescindíveis ao desenvolvimento da criança, uma vez que os mesmos influenciam a forma como as ações educativas são praticadas. Para que a utilização dos espaços seja adequada, faz-se necessário planejar como o espaço pode e deve ser utilizado, inclusive onde deve estar localizada a mobília, para que os ambientes possam promover a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças. Ainda sobre o planejamento acerca dos espaços e sua utilização, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil afirma que:

A organização dos espaços e dos materiais se constitui em um instrumento fundamental para a prática educativa com crianças pequenas. Isso implica que, para cada trabalho realizado com as crianças, deve-se planejar a forma mais adequada de organizar o mobiliário dentro da sala, assim como introduzir materiais específicos para a montagem de ambientes novos, ligado aos projetos em curso. (BRASIL, 1998, v.1 p.58).

É importante ressaltar que a aprendizagem das crianças não se resume apenas aos espaços das salas de referência, visto que este é o espaço em que as crianças passam a maior parte do tempo. A aprendizagem da criança acontece em todos os espaços, sejam eles internos ou externos. Dessa maneira, as crianças aprendem e se desenvolvem por meio das interações que o meio lhe oferece, e dessa forma, seu desenvolvimento é enriquecido e potencializado, de acordo com as experiências que o meio vai lhe proporcionar.

Sobre questões da realidade educacional brasileira e a trajetória dos debates da qualidade na Educação Infantil, o MEC criou o documento “Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil” em 2006 com o objetivo de estabelecer padrões de referência orientadores no funcionamento das instituições de Educação Infantil.

O documento visa determinar meios necessários para uma Educação Infantil que proporcione o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físicos, psicológicos, integral e social. O mesmo tem intuito de diminuir as desigualdades que tanto marcam a história do nosso país.

Os parâmetros de qualidade são determinados a partir de discussões sobre o debate à qualidade da educação das crianças até 6 anos no Brasil, fazendo uma reflexão sobre a concepção de criança e de pedagogia da Educação Infantil; sobre a qualidade da educação no geral e da educação infantil; resultados de pesquisas sobre a qualidade da educação infantil

e os fatores associados a mesma e uma conjunção histórica sobre a qualidade na perspectiva da legislação e atuação dos órgãos oficiais no Brasil.

A partir destas reflexões o documento conclui que “se a Educação Infantil agora constitui a primeira etapa da Educação Básica, a ela se aplicam todos os princípios e diretrizes voltados para a educação de forma geral” (BRASIL, 2006, p.40). Portanto, os órgãos federativos devem garantir o respeito deste direito, o transformando em realidade.

São aspectos apontados pelo documento como relevantes para a contemplação deste direito e da qualidade do atendimento as crianças, tanto ao acesso como a permanência nas instituições de educação infantil:

As políticas para a Educação Infantil, sua implementação e acompanhamento; as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil; a relação estabelecida com as famílias das crianças; a formação regulares e continuadas dos professores e demais profissionais; a infraestrutura necessária ao funcionamento dessas instituições. (BRASIL, 2006, p. 44).

Ao refletirmos sobre a qualidade das instituições de educação infantil, o espaço físico torna-se um elemento indispensável pensando no desenvolvimento integral das crianças.

Sobre a organização deste espaço, o MEC criou os “Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Educação Infantil (2006)”, que propõe incorporar metodologias participativas, incluindo as necessidades e os desejos das crianças, a partir de ambientes planejados para assegurar acessibilidade universal, garantindo autonomia e segurança a todos os indivíduos que constituem a instituição. Buscando,

ampliar os diferentes olhares sobre o espaço, visando construir o ambiente físico destinado à Educação Infantil, promotor de aventuras, descobertas, criatividade, desafios, aprendizagem e que facilite a interação criança-criança, criança-adulto e deles com o meio ambiente. O espaço lúdico infantil deve ser dinâmico, vivo, “brincável”, explorável, transformável e acessível para todos. (Brasil, 2006c,p.8)

Sobre a organização do espaço físico o documento destaca que a concepção do projeto deve ser antecedida de processos participativos envolvendo uma equipe interdisciplinar, a comunidade educacional, crianças, professores, funcionários, familiares e, nas unidades públicas as administrações municipais.

A professora pode junto com as crianças, reorganizar e até criar ambientes favoráveis à aprendizagem, “acredita-se que ambientes variados podem favorecer diferentes

tipos de interações e que o professor tem papel importante como organizador dos espaços onde ocorre o processo educacional.” (BRASIL, 2006c, p.8).

Desta forma, o documento visa ampliar os diferentes olhares sobre o espaço, em busca de construir um ambiente que promova aventuras, descoberta, criatividade, desafios e aprendizagem que facilitem as interações das crianças com o meio.

Segundo este parâmetro, o projeto, a edificação e as reformas das unidades de Educação Infantil, devem buscar:

À relação harmoniosa com o entorno, garantindo conforto ambiental dos seus usuários (conforto térmico, visual, acústico, olfativo/qualidade do ar) e qualidade sanitária dos ambientes; o emprego adequado de técnicas e de materiais de construção, valorizando as reservas regionais com enfoque na sustentabilidade; o planejamento do canteiro de obras e a programação de reparos e manutenção do ambiente construído para atenuar os efeitos da poluição (no período de construção ou reformas): redução do impacto ambiental; fluxos de produtos e serviços; consumo de energia; ruído; dejetos, etc. a adequação dos ambientes internos e externos (arranjo espacial, volumetria, materiais, cores e texturas) com as práticas pedagógicas, a cultura, o desenvolvimento infantil e a acessibilidade universal, envolvendo o conceito de ambientes inclusivos. (BRASIL, 2006c, p.21).

Para efeitos desse trabalho, entretanto, buscamos verificar o que dizem os documentos oficiais em relação à infraestrutura de creches e pré-escolas, no tocante à proposição de ambientes favoráveis ao desenvolvimento integral da criança, enquanto sujeito histórico, social e de direitos.

Uma das ações mais importantes do governo federal, em termos de infraestrutura nas Instituições de Educação Infantil, é o programa PROINFÂNCIA. Está é a ação mais importante do fundo nacional de educação básica – FNDE, para a infraestrutura das referidas instituições. O governo criou este programa, tendo em vista que a construção e reestruturação de creches e pré-escolas no país, assim como a aquisição de equipamentos para a parte física das instituições, contribui para a melhoria da qualidade da educação ofertada, especialmente por essa etapa da educação básica exigir de alguns equipamentos específicos e próprios a idade.

O programa foi legalizado pela lei nº 6, de 24 de Abril de 2007. Esta resolução faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. A referida resolução estabelece as diretrizes para a execução e assistência financeira suplementar ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública de educação infantil –

PROINFÂNCIA. Esta regulamentação está é fundamentada legalmente por algumas leis, como por exemplo, a Constituição Federal de 1988, entre outras.

Partindo destas concepções, o programa tem por objetivo prestar assistência financeira ao Distrito Federal e aos Municípios, com o intuito de garantir que as crianças tenham acesso a creche e pré-escola, do setor público.

O programa enfatiza a sua importância, visto que o mesmo contribui de maneira essencial e necessária na aprendizagem das crianças, por meio da elaboração e construção de ambientes cada vez mais acolhedores e propiciadores da aprendizagem e desenvolvimento das mesmas. Este programa conta projetos arquitetônicos para a construção e reestruturação de creches e pré-escolas, uma vez que este projeto conta alguns tipos de construções, sendo eles: tipo 1, tipo 2, tipo 3, tipo B , tipo C, ampliação tipo B, ampliação tipo C, e mobiliários e equipamentos. O FNDE esclarece em alguns trechos a grande relevância dessas construções e reestruturações, como podemos constatar a seguir:

As unidades construídas são dotadas de ambientes essenciais para a aprendizagem das crianças, como: salas de aula, sala multiuso, sanitários, fraldários, recreio coberto, parque, refeitório, entre outros ambientes, que permitem a realização de atividades pedagógicas, recreativas, esportivas e de alimentação, além das administrativas e de serviço. (BRASIL, 2007).

O programa também repassa recursos para as unidades de Educação Infantil. O FNDE aponta quais são estes recursos dizendo que:

O Programa repassa também recursos para equipar as unidades de educação infantil em fase final de construção, com itens padronizados e adequados ao seu funcionamento. Mais de 2.500 municípios receberam apoio do FNDE para compra de móveis e equipamentos, como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros. (BRASIL, 2007).

Como podemos constatar, o programa PROINFÂNCIA possui uma grande responsabilidade, uma vez que sua missão garante a população atendida, pela educação pública, o direito de ter Instituições de Educação Infantil, cada vez mais modernas e adequadas, e que acima de tudo garantam a qualidade da educação ofertada.

As políticas de infraestrutura por sua vez, trazem uma ideia dotada de qualidade, para que os ambientes de educação infantil sejam cada vez mais acessíveis e próprios a idade das crianças, flexíveis, adequados e, sobretudo, que estes espaços sejam propiciadores da aprendizagem significativa e com qualidade das crianças, possibilitando às mesmas, a

experiência com meio que a cerca, e as tornando cada vez mais ativas e participantes deste meio. É imprescindível que a criança seja capaz de aprender a ressignificar tudo aquilo que aprende por meio das experiências cotidianas, em especial nas instituições de educação infantil, onde as mesmas passam a maior parte do dia.

4. TEMPO E ESPAÇO: compreendendo os efeitos e as influências da organização do tempo/espaço nas instituições de educação infantil

Nesse capítulo buscamos apresentar a contribuição da organização do espaço e do tempo no estabelecimento da rotina das Instituições de Educação Infantil, tendo em vista suas práticas pedagógicas.

Entende-se que as rotinas são dotadas de concepções que compõem e conceituam a infância. Não é incomum, que encontremos rotinas baseadas em constituições de infância, que não visam à criança enquanto sujeito histórico e em desenvolvimento. Isso é refletido pelas práticas pedagógicas presas a um determinado tempo pré-estabelecido pelas rotinas, em que as mesmas se tornam limitadas e precárias, e dessa forma, não são suficientemente capazes de atender a demanda de qualidade, expressada nos mais diversos documentos oficiais da educação nacional, pois a mesma deve ser abarcada e vivenciada por todas as instituições de educação, de uma forma geral, especialmente a educação infantil, oferecida gratuitamente a crianças de até 6 anos de idade.

Para tanto, é necessário apontar alguns aspectos que nos levem a entender a constituição dessas rotinas, nestes espaços, e por quais razões e concepções elas são constituídas e institucionalizadas nas instituições de Educação Infantil.

A constituição das rotinas na educação infantil está diretamente ligada à concepção que se tem de criança, de educação, de espaço e tempo, tendo em vista que o modo como o tempo e o espaço nas instituições de Educação Infantil são organizados e distribuídos, denotam uma forma de entender a criança e a infância ‘nos seus modos de agir enquanto sujeitos históricos e sociais.

A partir desse pressuposto, entende-se que as rotinas cumprem com um padrão disciplinador, que visa inicialmente controlar e disciplinar a criança nos espaços da instituição, visto que são necessárias que as mesmas passem a compreender que existe um momento determinado para cada ação, e com isso, as crianças possam vivenciar adequadamente a rotina estabelecida. Contudo, é constatado que a criança se desenvolve e aprende, por meio do contato com as mais diversas formas de aprendizagem. Para além do controle e disciplina exigidos para a educação da infância na atualidade, é sabido que a criança interage com diferentes ambientes educadores como a internet, a televisão, os jogos a que tem acesso, o bairro onde mora, e nesses espaços diferenciados interage, constrói suas próprias representações, dão sentidos, ressignificam, vivenciam diferentes infâncias. E por essas tantas razões, a rotina entendida atualmente, não tem atendido a demanda de qualidade

da educação, visto que rigidez dessas rotinas impede, de certa forma, o desenvolvimento das crianças.

Não é objetivo deste trabalho, discutir a rotina como algo negativo ou inadequado, ao bom desenvolvimento da criança, mas apontar aspectos que possam ser analisados numa perspectiva construtiva. No entanto, é necessário que a sua configuração atual, com reflexos históricos, seja refletida minuciosamente neste momento, para que tenhamos entendimento a respeito desta “forma” de rotina estabelecida nas instituições.

A constituição das rotinas das creches e pré-escolas nos apontam grandes desafios. Estes desafios estão voltados, diretamente, para a compreensão do que venha a ser infância, e de como deve ocorrer e ser o desenvolvimento da criança.

A ideia central de se ter uma rotina é disciplinar as crianças, isto é, as rotinas estão postas para que as crianças se acostumem com o espaço e o tempo estabelecido e destinado a cada atividade. As crianças ficam condicionadas a terem determinados hábitos, que são os mesmos todos os dias. Elas precisam, portanto, acostumar-se com a tal rotina, para que não a façam de outra forma. Sendo assim, as rotinas nas creches e pré-escolas são entendidas como algo a ser seguido, e que, preferencialmente, não venha a ser modificado. Segundo Barbosa (2006, p. 151):

As crianças internalizam as rotinas: para poder merendar é preciso lavar as mãos, para ir ao pátio é preciso guardar todos os brinquedos ou materiais didáticos. Cada momento guarda uma ligação com o outro, principalmente como sequência, e não, como seria interessante, como significado.

Nas creches é comum de se ter cartazes com os horários e o que deve ser feito nos momentos estabelecidos. Os mesmos servem tanto para orientar a equipe pedagógica, como para orientar as crianças. Sendo assim, existem ações concretas e consolidadas dentro dessa rotina estabelecida. As ações concretas são: alimentação, banho, sono e as atividades livres e pedagógicas (neste caso, direcionadas).

Durante a experiência e vivência nas creches, pudemos perceber por meio da observação como as rotinas estão postas e como estão sendo vivenciadas. O cuidado com o corpo (banho, alimentação e sono) é a parte que se destaca. Vale ressaltar, que as professoras e monitoras seguem a rotina estabelecida pela Secretaria de Educação. À hora do banho, da alimentação e do sono, são momentos “sagrados”, isto é, nada poderá atrapalhá-los. Com a rotina preenchida com as atividades de cuidados físicos (de suma importância para as crianças, sem dúvida), o tempo destinado às atividades dirigidas/livres, de leituras, jogos,

rodas de diálogos, exercícios diversos, fica menos favorecido, e de certa forma, compromete a qualidade da educação, no que diz respeito ao desenvolvimento da criança.

Nessa perspectiva é que o uso do tempo e dos espaços nas instituições de ensino devem ser pensados e discutidos. As rotinas estão repletas de significados que revelam como é compreendido o uso do tempo ao longo do dia, e dos espaços concretos, onde as crianças vivenciam suas experiências.

Na creche e pré-escola que realizamos o estagio supervisionado obrigatório em Educação Infantil, pudemos verificar que não há espaços amplos e abertos, para que as crianças possam brincar interagir com as outras, se desenvolverem. As crianças passam muito tempo nas salas, e ficam impossibilitadas de fazerem certas atividades. Diante de tal realidade apresentamos abaixo breves considerações a respeito do uso do tempo e o espaço nas Instituições de Educação Infantil

4.1. O TEMPO E O AMBIENTE: compreendendo a organização das práticas pedagógicas

O uso do tempo, na atualidade, continua rígido e impróprio. “Os tempos de grande parte das instituições educacionais continuam, em sua maioria, sendo o tempo do início da modernidade, o tempo rígido, mecânico e absoluto” (BARBOSA, 2006, p. 141).

O uso do tempo e o do espaço pode ser compreendido como fonte de poder social como destaca BARBOSA (2006, p. 140):

O tempo e o espaço podem ser analisados como fontes de poder social. Nossos modos de pensar e de conceitualizar o mundo estão estruturados no contato ativo com as especializações e as temporalizações da palavra escrita, do estudo e da produção de mapas, dos gráficos, dos diagramas, das fotografias, das imagens em movimento, dos modelos, dos quadros, dos símbolos matemáticos e assim por diante. Podemos, ao refletir sobre o espaço e o tempo, submeter-nos à autoridade e à tradição ou criar espaços particulares para a resistência e a liberdade diante de um mundo previamente medido e organizado.

A existência do tempo rígido se faz presente nas rotinas da educação infantil; esse tempo deve ser respeitado, segundo o que foi estabelecido para ser feito naquele momento, pois são momentos que fazem parte das rotinas. “A existência de uma sequência temporal é outra característica das rotinas de educação infantil. Em geral há uma sequência entre as

atividades, a qual está previamente estabelecida e segue um padrão” (BARBOSA 2006, p. 144).

Um dos aspetos a ser discutido é o uso do relógio nas instituições de educação infantil. Esse é constante nas creches e pré-escolas. Utiliza-se o relógio como forma de controlar o tempo, para que as tarefas destinadas a cada momento do tempo, no decorrer do dia, sejam respeitadas.

São diversas as formas de justificar a preocupação com o uso do tempo. Entre estas justificativas e segundo BARBOSA (2008, p. 143), temos:

A princípio pode-se afirmar que ela gira em torno de duas temáticas básicas, que podem ser vistas como concomitantes e complementares: por um lado, a concepção de que é na infância que as crianças constroem as noções temporais e, portanto, faz-se necessário criar circunstâncias ou situações em que elas possam estruturar-se tal noção e, por outro lado, a necessidade de organizar o trabalho com as crianças de modo a harmonizar objetivos, situações, suas características, etc.

Assim sendo, a rotina diária, não dispõe de muito tempo para realização de atividades significativas e livres. A distribuição do espaço é outro fator importante a considerar durante o trabalho com a Educação Infantil.

A organização do espaço está diretamente ligada à organização do tempo. Dessa forma, compreende-se que a constituição das rotinas na Educação Infantil parte de algumas concepções prévias, que influenciam a forma como a Educação na infância é organizada.

O tempo é um dos elementos mais importantes na configuração das rotinas, uma vez que por meio deste, todo o planejamento escolar é construído. Através do planejamento as ações na Educação Infantil são pensadas e postas em prática. Estas ações como: o momento do banho, da alimentação, do sono, das atividades dirigidas, são ações que possui horário determinado. Sendo assim, entende-se que a estruturação das rotinas está ancorada no tempo didático, sendo o mesmo o tempo que organiza o trabalho educativo com as crianças. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil a rotina na Educação Infantil deve envolver:

Os cuidados, as brincadeiras e as situações de aprendizagens orientadas. A apresentação de novos conteúdos às crianças requer sempre as mais diferentes estruturas didáticas, desde contar uma nova história, propor uma técnica diferente de desenho até situações mais elaboradas, como, por exemplo, o desenvolvimento de um projeto, que requer um planejamento cuidadoso com um encadeamento de ações que visam a desenvolver aprendizagens específicas. (BRASIL, 1998 v.1, p.54).

Neste sentido, é importante considerar que as ações educativas na Educação Infantil devem estar pautadas no desenvolvimento integral da criança, possibilitando a mesma a vivência de aprendizagens específicas, e próprias a idade.

Os espaços das creches e pré-escolas são, em alguns casos, espaços que não favorecem a aprendizagem da criança.

As crianças passam muito tempo nas salas de referência. Assim sendo, deduzimos que as salas, deveriam ser mais amplas, claras e arejadas. Para que a criança possa desenvolver-se nestes espaços é preciso que os mesmos estejam adequados e organizados, para acolhê-la. Segundo BARBOSA (2008, p. 120):

O espaço físico é o lugar do desenvolvimento de múltiplas habilidades e sensações e, a partir da sua riqueza e diversidade, ele desafia permanentemente aqueles que o ocupam. Esse desafio constrói-se pelos símbolos e pelas linguagens que o transformem e o recriem continuamente.

É importantíssimo considerar a importância dos espaços na construção do desenvolvimento infantil, visto que os mesmos são fundamentais e possuem grande influência nas atividades que são realizadas no dia-a-dia. “A importância do espaço na educação das crianças pequenas é ampliada quando se leva em consideração que a jornada diária nesses lugares é, muitas vezes, equivalente ao seu horário de vigília” (BARBOSA, 2008, p. 121).

Como foi apontada, a forma como se distribui o tempo e se organiza o espaço das creches e pré-escola define uma concepção de infância e de criança. Consideramos a criança como sujeito passivo ou ativo? Como lidar com a necessidade de interação entre as crianças? Há espaço para uma vivência que priorize a ludicidade, o jogo, a brincadeira? São possibilitadas atividades onde as crianças possam se expressar de diferentes maneiras? Segundo Cunha (2012, p.17):

As instituições de Educação infantil deveriam ser o espaço inicial e deflagrador das diferenças linguagens expressivas, tendo em vista que as crianças pequenas iniciam o conhecimento sobre o mundo por meio dos cinco sentidos (visão, tato, olfato, audição, gustação), do movimento, da curiosidade em relação ao que está à sua volta, da repetição, da imitação, da brincadeira e do jogo simbólico. No que diz respeito às linguagens expressivas, essas são os fatores fundamentais para que elas se desenvolvam plenamente.

Tais questões anunciam a preocupação em que as Instituições de Educação Infantil sejam ambientes que privilegiem o desenvolvimento da criança a partir de sua prática social e das diferentes linguagens a que deveria ter acesso. Para Fiori,

A organização do espaço é uma das dimensões fundamentais para o aprendizado e desenvolvimento da criança. Um espaço adequadamente organizado ajuda no desenvolvimento das potencialidades à medida que contribui para o desenvolvimento novas habilidades, sejam elas motoras, cognitivas, ou afetivas (FIORI, 2011,p.37).

5. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma perspectiva qualitativa para melhor análise da problemática. Segundo Triviños,

A abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências. (TRIVIÑOS apud OLIVEIRA, 2011, p. 24).

Este trabalho caracteriza-se como exploratório e descritivo. Exploratória, visto que tem como propósito levantar informações sobre o espaço físico, promovendo novas concepções sobre o mesmo. Desta forma:

Enquadram-se na categoria dos estudos exploratórios todos aqueles que buscam descobrir ideias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. Nem sempre há a necessidade de formulação de hipóteses nesses estudos. Eles possibilitam aumentar o conhecimento do pesquisador sobre os fatos, permitindo a formulação mais precisa de problemas, criar novas hipóteses e realizar novas pesquisas mais estruturadas (SELTIZ et al apud OLIVEIRA, 2011, p.20).

A pesquisa descritiva classifica-se em identificar as características destes espaços por meio de observação sistemática. Esse tipo de pesquisa:

busca descrever um fenômeno ou situação em detalhe, especialmente o que está ocorrendo, permitindo abranger, com exatidão, as características de um indivíduo, uma situação, ou um grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos (Idem, p.21).

Para alcançar os objetivos traçados no início da pesquisa, foi realizada uma pesquisa de campo em CREIs de João Pessoa, buscando comparar os espaços físicos dos mesmos e como estavam sendo utilizados.

6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Esse tópico consiste em relatar a observação realizada em dois Centros de Referência em Educação Infantil (CREI) da João Pessoa, no que diz respeito aos espaços físicos e sua utilização.

A pesquisa foi realizada em dois Centros de Referência em Educação Infantil - CREIs, em João Pessoa, mais precisamente em dois bairros da cidade. Iremos utilizar a expressão **CREI I** e **CREI II**, para especificar o relato, visto que os CREIs não fazem parte do mesmo padrão de construção. Dessa maneira, iremos especificar e citar, o ano de construção dos CREIs, e suas respectivas características, para que assim, seja possível realizar o método de comparação entre ambos, e analisá-los com base nos documentos que regulamentam o padrão de qualidade destas Instituições.

A observação destes espaços foi realizada em dias e horários alternados. Tendo em vista que a utilização dos espaços físicos dos CREIs depende necessariamente da rotina estabelecida, foi necessário o acompanhamento da mesma.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DO CREI I

O CREI I fica localizado em uma área central da cidade, e atende crianças de sua redondeza e de alguns bairros vizinhos. A creche é administrada pela prefeitura do município de João Pessoa/PB. Esta Instituição atende cerca de 130 crianças, do berçário ao Pré II, ou seja, crianças entre 6 meses a 5 anos de idade.

Esta unidade de Educação infantil teve seu marco de edificação em dezembro de 1992. A inauguração ocorreu em dezembro de 1994, no governo de Cícero Lucena, com recursos da Secretaria de Educação Estadual e execução da CEHAP. Após dez anos, em janeiro de 2009, houve a necessidade de uma reforma no prédio, onde o governador Cássio Cunha Lima, realizou a reforma com recursos do tesouro do Estado e do governo federal (Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome).

No ano de 2012, iniciou-se uma ação civil pública do Ministério público pra que quatro, das trintas e uma creches estaduais fossem municipalizadas, e esta unidade foi uma das selecionadas e passou a ser reconhecida como Centro de Referência de Educação Infantil.

No ano de 2015, a unidade passou por uma reforma. A reforma foi decretada a partir das necessidades apresentadas pelo CREI. O CREI I é uma unidade antiga, em termos

de infraestrutura, e por essa e outras razões, a unidade precisou passar por algumas modificações, para melhor atender a população.

Todos os espaços observados do CREI I foram observados nos momentos em que as crianças estavam presentes e fazendo a sua utilização.

Com relação aos espaços físicos, as instalações do CREI tem: 1 lavanderia; 1 dispensa; 2 depósitos; 1 almoxarifado; 1 corredor de entrada; 5 salas de referência; 1 diretoria; 1 área coberta (pátio) ; parque de areia; 1 cozinha; 1 refeitório; 3 banheiros (2 para adultos/1 para crianças, com espaço para banho); 8 sanitários para crianças; pias pequenas e redondas para as crianças.

Os espaços externos do CREI I conta com um jardim, um caminho de pedras, localizado na entrada, um parque de areia com balanços e brinquedos, e um pátio coberto.

O parque de areia é uma das principais áreas da unidade. Este parque é utilizado em horários alternados, isto é, as turmas utilizam o mesmo, em momentos distintos, e em horários livres, em que as crianças vivenciam um momento mais específico de brincadeiras livres. Esta área do parque de areia é composta por alguns brinquedos, como podemos ver a seguir. Este é o espaço externo mais amplo da unidade.



IMAGEM 1 – PARQUE DE AREIA CREI I



IMAGEM 2 – BALANÇOS CREI I

O caminho de pedras, por outro lado é utilizado com muita frequência pelas crianças. Neste caminho possuem alguns animais de gesso, como cogumelos e flores. Elas costumam andar por este caminho, no momento em que estão fora da sala.

Existe um jardim localizado na área externa do CREI e fica localizado próximo as salas de referência. Nos dias em que ocorreram nossas observações verificamos que este jardim não é utilizado pelas crianças, apesar de ser bem localizado, ser arejado e possuir sombra das árvores.

Este espaço, porém, poderia e deveria ser utilizado pelas crianças, em momentos livres, para que elas pudessem explorar o ambiente, e o que nele possui, com a supervisão da professora e da auxiliar, uma vez que este ambiente é dotado de significados para a criança.

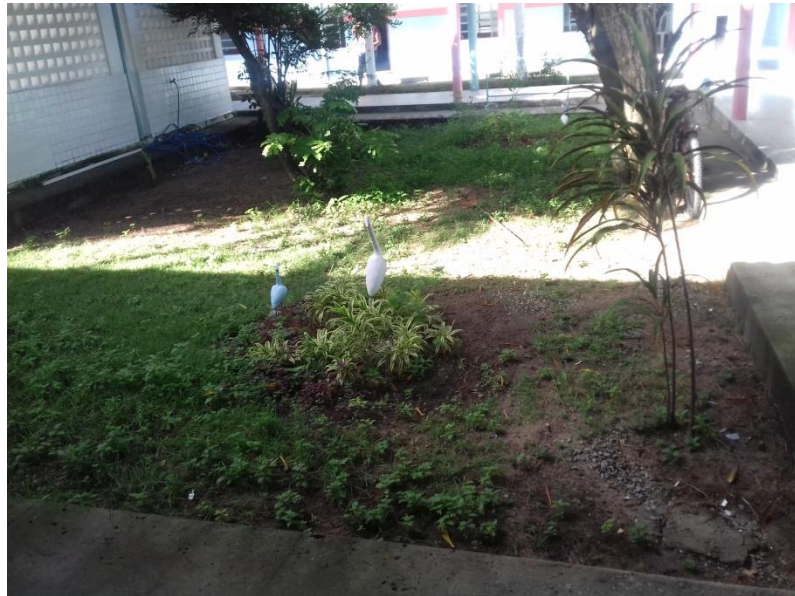


IMAGEM 3 – JARDIM CREI I



IMAGEM 4 – JARDIM CREI I

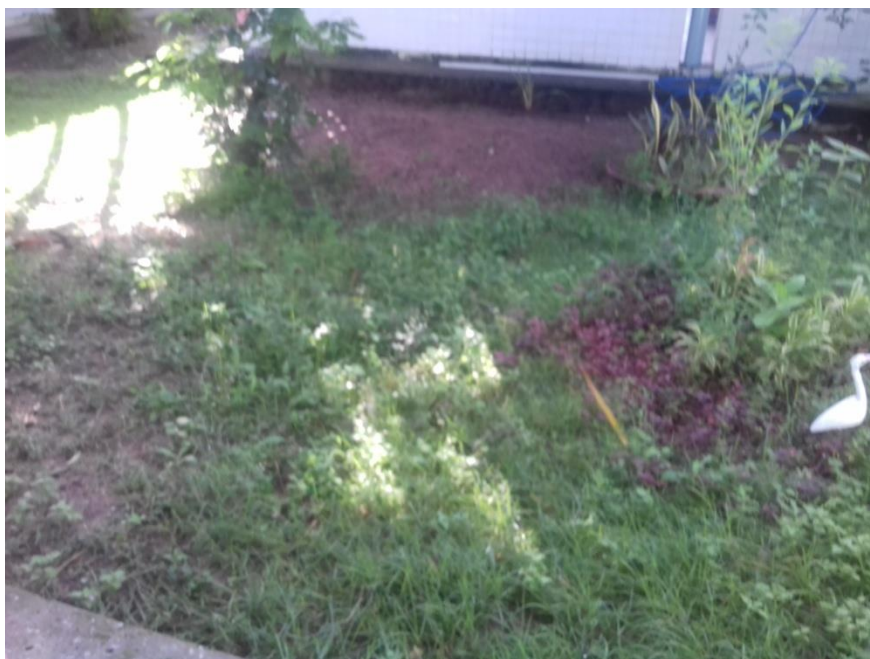


IMAGEM 5 – ÁREA JARDIM CREI I



IMAGEM 6 – ÁREA JARDIM CREI I

O pátio coberto está em bom estado. É arejado e possui um excelente espaço. O CREI possui árvores e algumas plantas, o que deixa os espaços mais arejados. Este pátio fica localizado no centro da Instituição, ligando todos os outros espaços. É um espaço de fácil acesso. No pátio coberto possuem alguns bebedouros e pias pequenas adequadas à idade das crianças. Em nenhum dos momentos em que realizávamos a observação, constatamos a utilização destas pias pelas crianças. O bebedouro também não é utilizado por elas.

O pátio coberto é bem decorado e ilustrado com algumas imagens. Em duas das visitas realizadas, observamos o momento em que a professora realizava uma atividade com as crianças. As crianças das duas turmas do PRÉ I foram levadas para o pátio coberto. Ao chegar ao pátio, as crianças foram sentadas no chão em círculo. Antes da realização da atividade, o pátio havia sido lavado. A atividade era relacionada à letra B trabalhada durante a semana. Sendo assim, as crianças deviam pesquisar em jornais palavras com a letra B, e logo em seguida deviam recortar e colar numa folha. Essa atividade durou uns 7 minutos.



IMAGEM 7 – PÁTIO COBERTO CREI I



IMAGEM 8 – PÁTIO COBERTO CREI I

As salas onde ocorrem as atividades são ventiladas, e contam com o apoio dos ventiladores e janelas adequadas, para que a ventilação seja freqüente. As janelas possuem um excelente comprimento, e permitem que as crianças vejam os espaços externos, como pátio e jardim. Vale ressaltar, que tivemos acesso a todas as salas no entanto não obtivemos autorização de fotografá-las, visto que as crianças estavam presentes em quase todos os momentos de observação.

As salas de referência são amplas, possuem boa iluminação, e bastante ilustradas. Todas as salas contam com mesas e cadeiras pequenas e adequadas, em boa quantidade. O CREI recebeu uma nova sala, depois da reforma. Observamos que as mesmas são adequadas, tendo em vista o espaço e o mobiliário. As salas são dotadas de recursos pedagógicos e materiais para serem utilizados pelas crianças livremente.

As salas do berçário são as mais adequadas. Estas salas são compostas por diversos materiais pedagógicos, que favorecem o desenvolvimento da criança, uma vez que elas podem circular pelo ambiente com segurança, pois na sala existem diversos tapetes de emborrachado, que garantem a segurança das crianças.

Observamos que as crianças do berçário são bem autônomas. Elas caminham sozinhas pela sala, exploram o espaço, e manuseiam todos os objetos presentes na sala. Na sala tem algumas almofadas em formato de cavalinhos. As crianças sentam nestas almofadas e brincam. Na sala tem móveis, e vários objetos educativos. A sala é bastante ilustrada,

inclusive com atividades feitas pelas crianças, como por exemplo, as pinturas. O berçário possui portas adaptadas, e as crianças conseguem observar da própria porta, o espaço externo.

As salas de referência são variadas. A mobília das salas também varia de acordo com o tamanho e com as necessidades de cada turma. Toda a mobília da Instituição, presente nas salas de e em alguns ambientes externos, que são utilizados pelas crianças são adequados a idade das crianças.

O refeitório fica numa área central, próximo ao jardim. O refeitório é amplo, possui uma única mesa comprida, e as crianças vão até o refeitório em horários alternados. A iluminação não é muito adequada.

Os banheiros são espaços adequados, possui sanitários pequenos e adequados a idade das crianças. Estes banheiros não possuem prateleiras com materiais de higiene, apenas o espaço para o banho, e um local em que as crianças aguardam para tomar banho.

Constatamos que os banheiros não são amplos como deveriam ser, mas atendem as crianças, uma vez que as mesmas vão para o banho em uma determinada quantidade.

6.2 CARACTERIZAÇÃO DO CREI II

O **CREI II** fica localizado em um dos maiores bairros de João Pessoa, e que possui uma extensa população. A creche atende crianças de sua localidade. A creche é administrada pela prefeitura do município. Esta Instituição atende cerca de 108 crianças, do berçário ao maternal. Após saírem do referido CREI, as crianças possuem vaga garantida em outra Instituição, que fica na mesma localidade, pois o mesmo possui o Pré I e Pré II. A infraestrutura dessa unidade foi pensada e construída para atender crianças dessa faixa etária, ou seja, as que têm entre 6 meses de idade a 3 anos.

Esta unidade de Educação infantil teve seu marco de edificação em Agosto de 2014.

Com relação às instalações físicas do CREI II temos: 1 administração; 2 banheiros para as crianças; pátio coberto, 4 salas, sendo 2 berçários e 2 maternais (cada sala de referência conta com um solário); parque de areia; refeitório externo; cozinha, lavanderia, depósito, lactário, sala de informática, e o anfiteatro.

Observamos os espaços em momentos que eles estavam sendo utilizados e em outros momentos que eles não estavam sendo utilizados.

Para iniciarmos esta descrição, apresentamos inicialmente a entrada do CREI. A entrada é arejada e espaçosa, o que não dificulta a entrada dos pais e das crianças nos momentos em que elas são levadas ao CREI, e nos momentos em que os pais vão buscá-las. Sendo assim, este espaço de acesso ao CREI é adequado no que diz respeito a sua utilização.

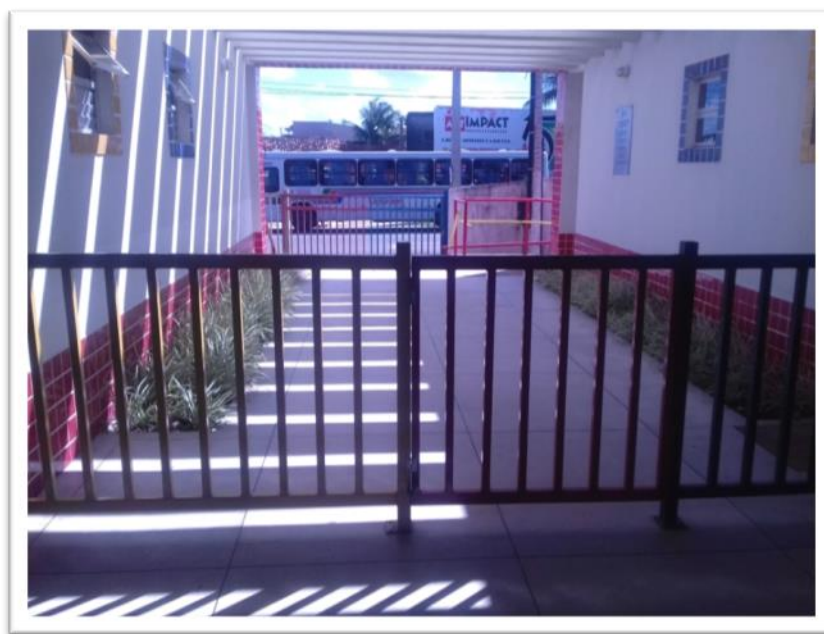


IMAGEM 9 – ENTRADA CREI II

A Instituição conta com uma administração, equipada de câmeras. A referida sala é extremamente organizada, e é muito acolhedora.

O pátio coberto fica localizado no centro do CREI, e liga todos os outros espaços, isto é, as salas, o parque de areia, os banheiros, entre outros. O pátio do referido CREI é muito adequado, pois é arejado e amplo, e é de fácil acesso. Neste pátio possuem alguns brinquedos que são devidamente utilizados pelas crianças. Os brinquedos são casinhas, escorregos, e cavalinhos de plástico.

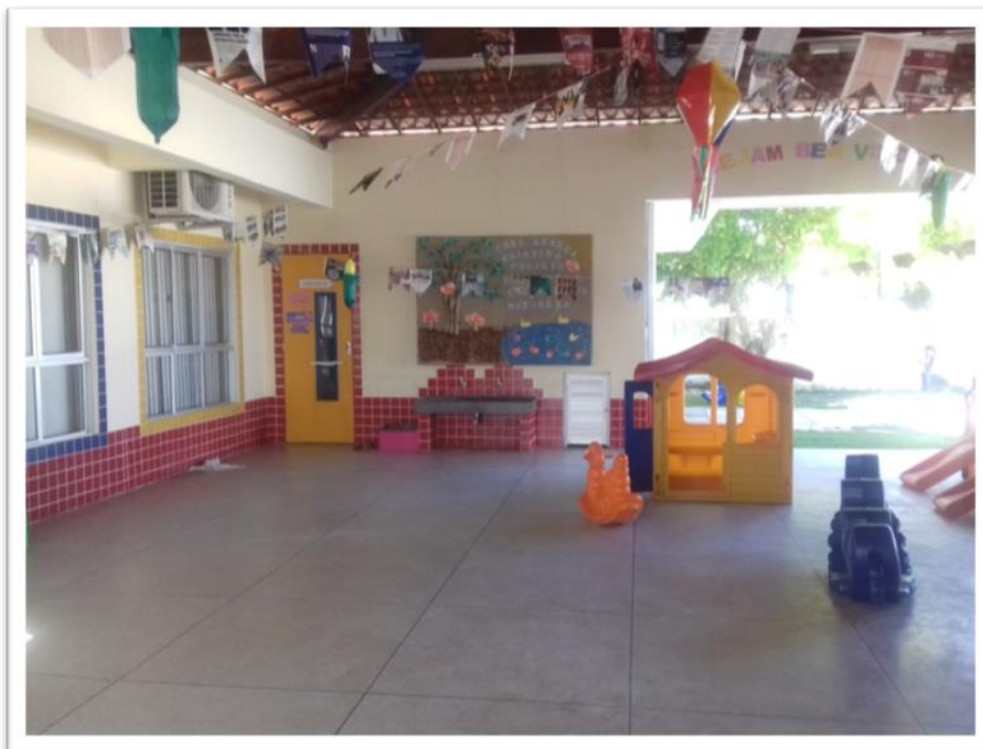


IMAGEM 10 – PÁTIO COBERTO CREI II



IMAGEM 11– PÁTIO COBERTO CREI II



IMAGEM 12 – PÁTIO COBERTO CREI II



IMAGEM 13 – BRINQUEDOS PÁTIO CASINHA CREI II



IMAGEM 14 – BRINQUEDOS PÁTIO ESCORREGO



IMAGEM 15 – BRINQUEDO CASINHA CREI II



IMAGENS 16 – PIAS PEQUENAS CREI II

Os banheiros do CREI são amplos, equipados com materiais de higiene como toalhas, pastas dentais, escovas, fardas, shampoo, entre outros. Estes materiais ficam em prateleiras, ou seja, as crianças não têm acesso a estes materiais, apenas os adultos. Os vasos sanitários são pequenos e adequados, e em cada banheiro possui um sanitário adaptado para crianças com algum tipo de deficiência. Os espaços para banho possuem emborrachados no chão, para garantir a segurança das crianças. Os chuveiros são elétricos, mas não vimos a sua utilização.



IMAGEM 17 – BANHEIRO CREI II

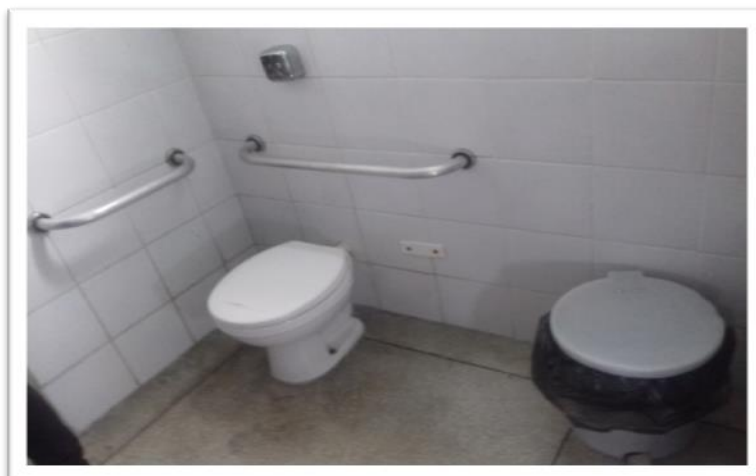


IMAGEM 18 – SANITARIOS ADAPTADOS CREI II



IMAGEM 19 – PRATELEIRAS CREI II

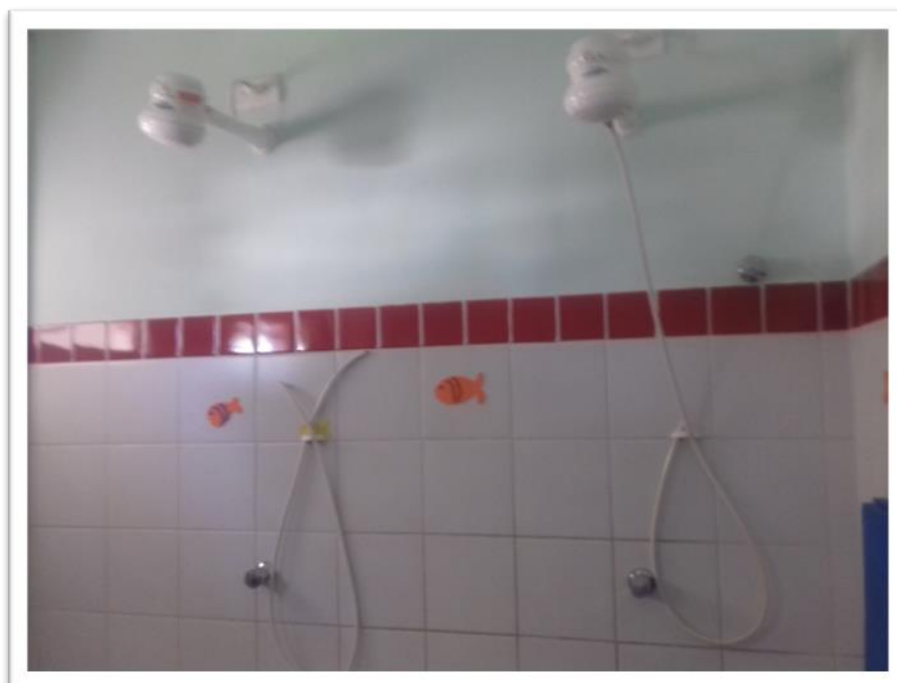


IMAGEM 20 – CHUVEIROS CREI II



IMAGEM 21– BANHEIRO (LOCAL EM QUE AS CRIANÇAS AGUARDAM O BANHO)
CREI II



IMAGEM 22 – LOCAL PARA O BANHO CREI II

A Instituição conta com 4 salas. As duas salas do maternal são amplas, com janelas e com solário. São ventiladas, tem boa iluminação, possuem diversos materiais didáticos, como livros e brinquedos educativos. Nas salas ficam as caminhas das crianças, as mesmas ficam empilhadas em um local que não atrapalha o espaço utilizado pelas crianças. As portas das salas são adequadas e adaptadas, uma vez que por meio delas, as crianças têm acesso ao meio externo, através da observação, ou seja, da visão.

As salas de têm persianas, e no momento do sono, as mesmas são utilizadas, e dessa forma as salas ficam um pouco escuras, e possibilitam um sono saudável e agradável.

As salas de contam com cadeiras e mesas pequenas e adequadas, e em boa quantidade. No maternal as salas são dotadas de diversos recursos pedagógicos, as paredes são decoradas e ilustradas com diversos elementos educativos, como por exemplo, o alfabeto.

O berçário conta com alguns berços, e com um espaço adequado e próprio para a higiene dos bebês. Na sala do berçário possui um espaço à parte com materiais de higiene para os bebês, como banheiras, fraldas, pomadas, shampoo, sabonetes, toalhas entre outros.



IMAGEM 23 – SOLÁRIO CREI II



IMAGEM 24 – SOLÁRIO CREI II

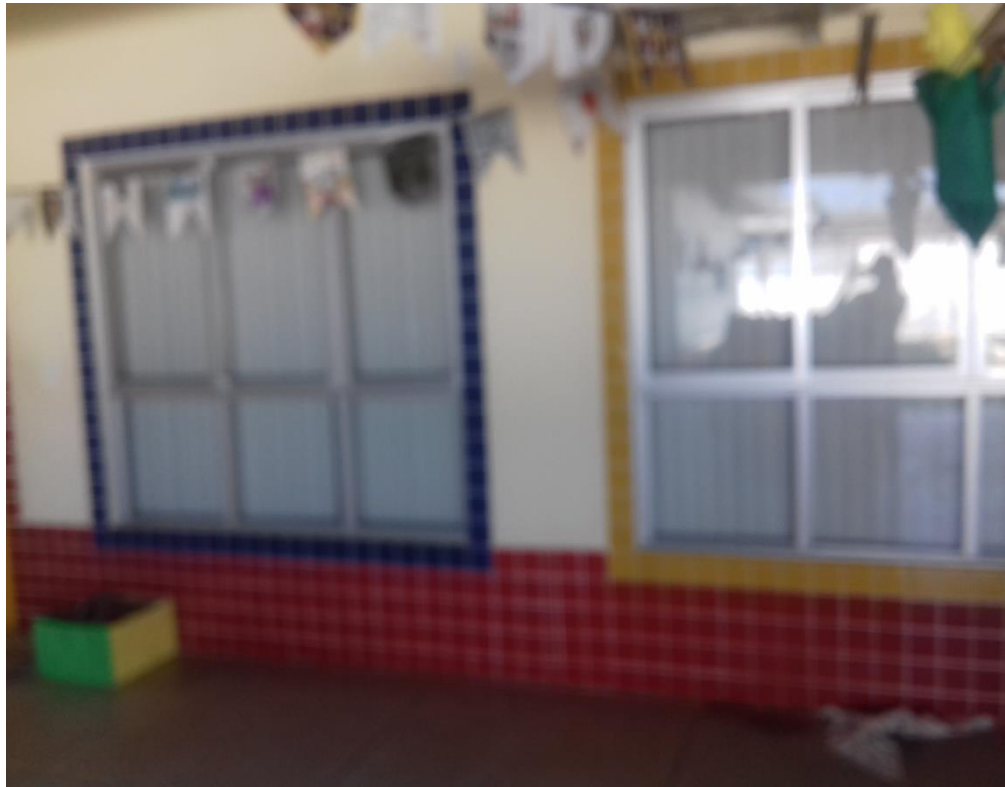


IMAGEM 25 – JANELAS SALA DE AULA CREI II



IMAGEM 26 – JANELAS SALAS DE AULA CREI II

O parque de areia é amplo, e possui alguns brinquedos, como escorrego e um polvo de plástico, que estava quebrado nos dias em que observamos. O parque de areia é bastante ensolarado, e pelo que observamos sua localização não é muito adequada, uma vez que é impossível as crianças brincarem nos momentos em que o sol está concentrado nesta referida localidade. Acreditamos que a localização do parque não foi bem planejada, uma vez que todos os dias em que observamos o parque, o mesmo estava sempre muito ensolarado.



IMAGEM 27 – PARQUE DE AREIA CREI II



IMAGEM 28 – PARQUE DE AREIA (BALANÇOS) CREI II



IMAGEM 29 – PARQUE DE AREIA (BALANÇOS) CREI II



IMAGEM 30 – PARQUE DE AREIA CREI II

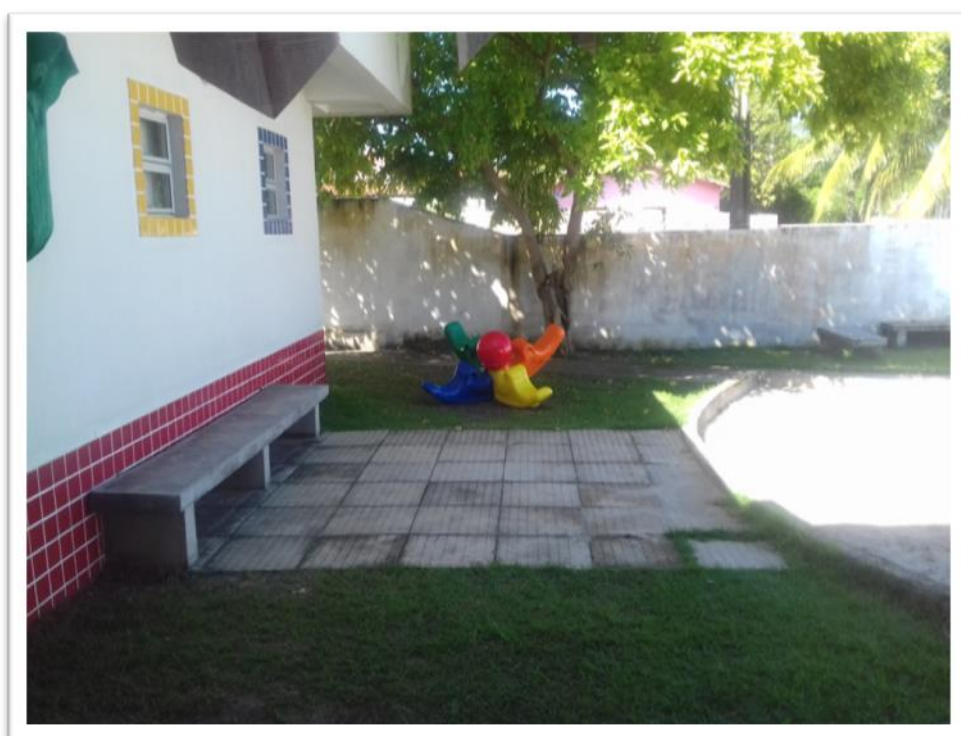


IMAGEM 31 – PARQUE DE AREIA (BRINQUEDO) CREI II

A Instituição conta com uma sala de informática. A mesma é utilizada em momentos de atividade dirigida. Este ambiente serve também como sala de vídeo, em que as crianças são levadas para ter um momento lúdico, e acima de tudo, fora da sala. Esta sala conta com computadores. A sala é ampla e ilustrada, e possui cadeiras pequenas, que ficam empilhadas nos momentos em que não estão sendo utilizadas.



IMAGEM 32– SALA DE INFORMÁTICA CREI II

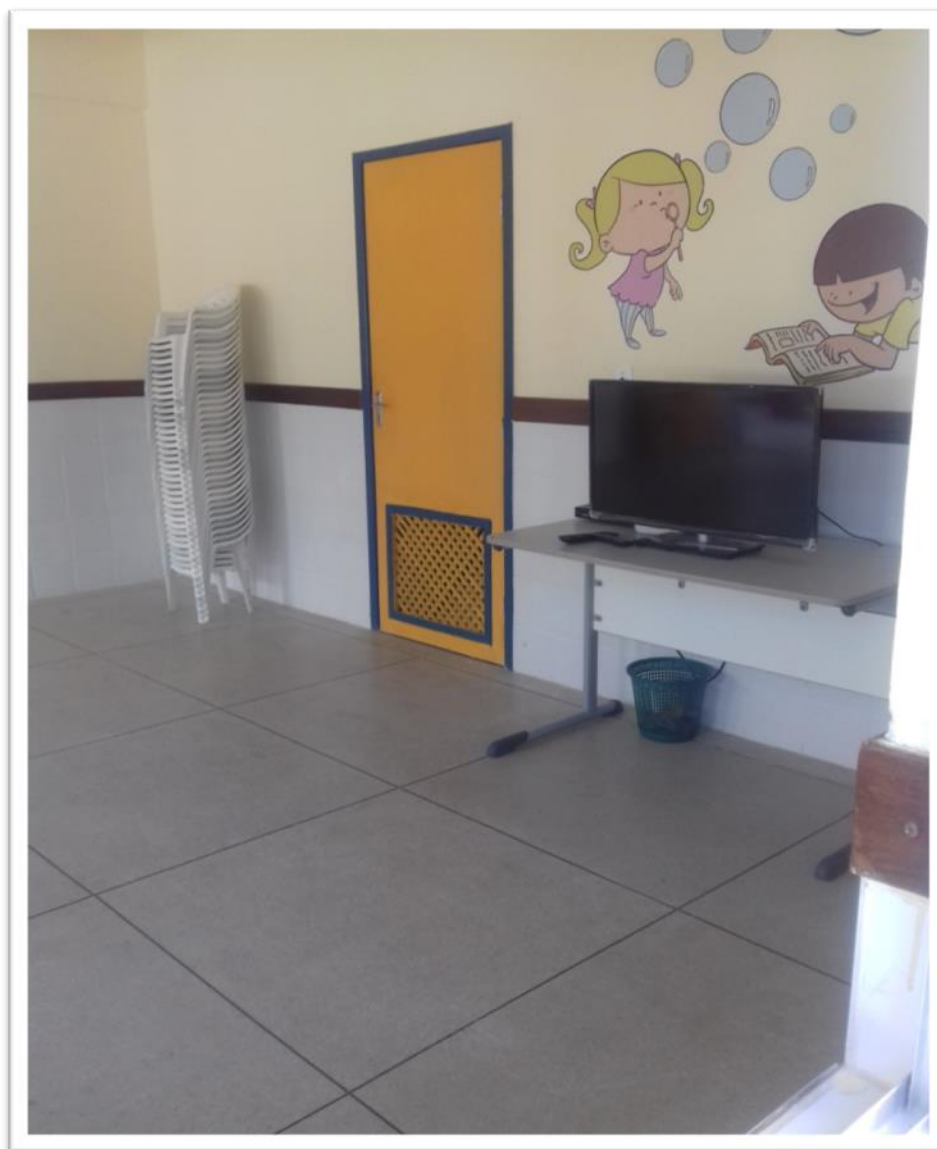


IMAGEM 33 – SALA DE INFORMÁTICA (RECURSOS) CREI II

O refeitório fica localizado em uma área externa próximo a cozinha, o que facilita o momento da refeição. As crianças são levadas para o refeitório, sala por sala. O refeitório é ilustrado com imagens de frutas e legumes, e as mesmas ficam penduradas em todo o espaço do refeitório. O refeitório é composto por mesas e cadeiras pequenas, igual as que têm na sala do maternal. O refeitório é bastante arejado, visto que o mesmo está localizado em uma área externa.

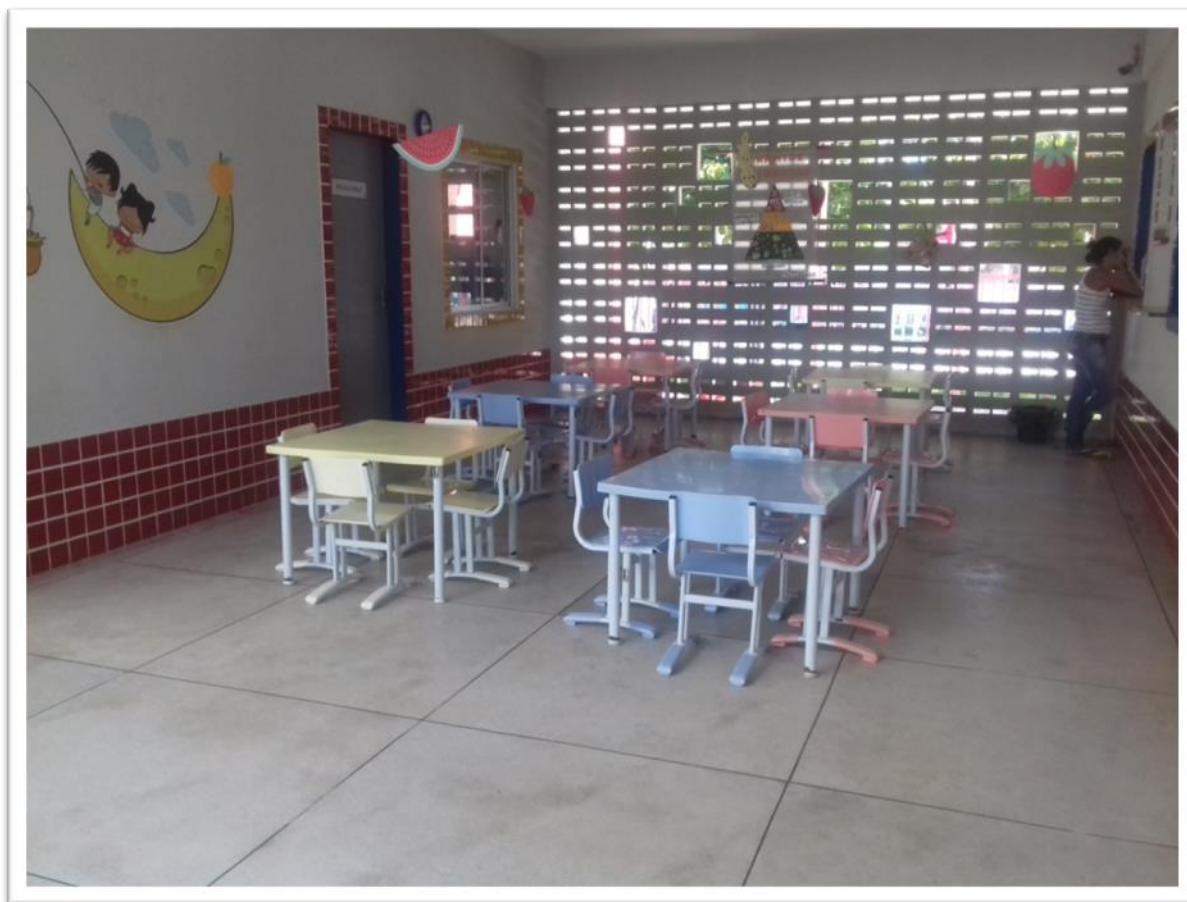


IMAGEM 34 – REFEITÓRIO CREI II

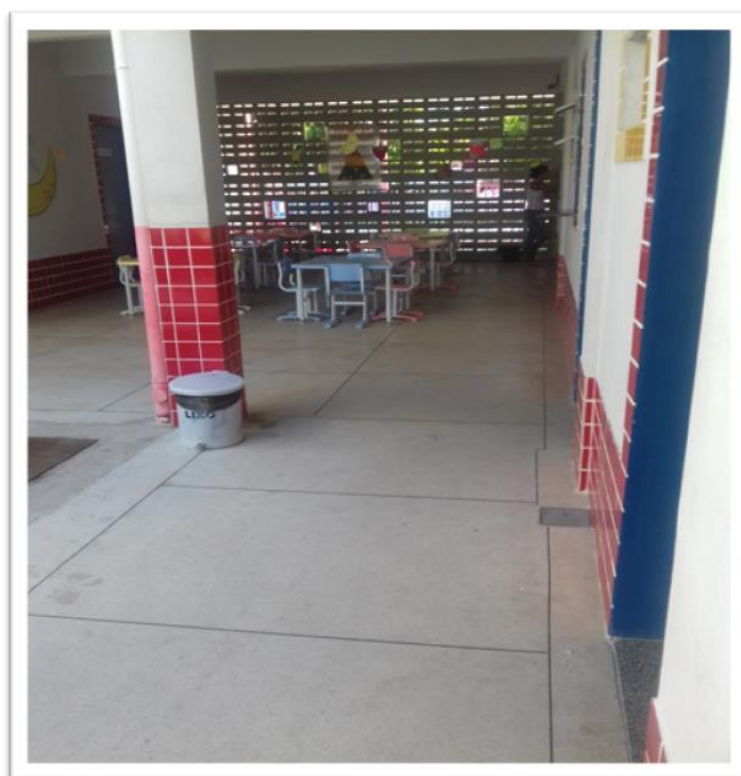


IMAGEM 35 – LOCALIZAÇÃO DO PÁTIO CREI II

O anfiteatro fica localizado na parte externa da Instituição. Este ambiente é ensolarado, e não é utilizado pelas crianças. Neste caso, em nossas visitas não constatamos a sua utilização.



IMAGEM 36 – ANFITEATRO CREI II



IMAGEM 37 – LOCALIZAÇÃO ANFITEATRO CREI II

Esta unidade de Educação Infantil conta com alguns espaços externos.



IMAGEM 38 – ÁREA EXTERNA CREI II



IMAGEM 39 – ÁREA EXTERNA CREI II



IMAGEM 40 – ÁREA EXTERNA CREI II



IMAGEM 41- ÁREA EXTERNA CREI II

6.3 COMPARAÇÃO E ANÁLISE DOS CREIs A PARTIR DOS PARÂMETROS BÁSICOS DE INFRAESTRUTURA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

O espaço físico configura-se como um elemento indispensável quando pensamos no desenvolvimento integral das crianças. A organização desse espaço deve ser pensada partindo do princípio de oferecer um lugar acolhedor, que proporcione conforto e prazer para a criança, onde a mesma possa criar suas próprias brincadeiras e ser condutora do conhecimento. O presente tópico será responsável por analisar os espaços físicos dos CREIs abordados e observados nessa pesquisa, através da comparação entre ambos, no que diz respeito às instalações físicas.

Os parâmetros básicos de infraestrutura reconhecem que a formulação dos espaços deve partir das necessidades de desenvolvimento da criança, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais. Estes parâmetros apresentam reflexões com o objetivo de criar um ambiente adequado, que promova descobertas, desafios e novas oportunidades de aprendizagem, através da interação das crianças com os espaços.

A interação com o ambiente natural estimula a curiosidade e a criatividade. Sempre que for possível, deve-se prover um cuidado especial com o tratamento paisagístico, que inclui não só o aproveitamento da vegetação, mas também os diferentes tipos de recobrimento do solo, como areia, grama, terra e caminhos pavimentados. (BRASIL, 2006c, p.27)

A proposta é inserir metodologias participativas, que viabilizem as necessidades das crianças, com a criação de ambientes planejados que propiciem a acessibilidade universal, garantindo a segurança e autonomia das crianças.

A adaptação do mobiliário, dos equipamentos e do próprio espaço à escala da criança permite uma maior autonomia e independência, favorecendo o processo de desenvolvimento a partir de sua interação com o meio físico. Estantes acessíveis, com diversidade de materiais educativos disponíveis, bem como cadeiras e mesas leves que possibilitem o deslocamento pela própria criança, tornam o ambiente mais interativo e coerente à idéia de construção do conhecimento a partir da ação e da intervenção no meio. (Idem, p.28)

Os parâmetros apresentam aspectos essenciais para a organização desses espaços, favorecendo as crianças de 0 a 6 anos em seu desenvolvimento integral, a saber:

De acordo com os parâmetros, o espaço a esta faixa etária deve ser concebido como local voltado ao cuidar e o educar, incentivando o pleno desenvolvimento das crianças. É importante que estes espaços sejam situados em locais silenciosos, proporcionando conforto térmico e acústico.

Devem compor neste ambiente:

- ✓ Sala de repouso;
- ✓ Sala para atividades;
- ✓ Fraldário;
- ✓ Lactário;
- ✓ Solário.

Sendo imprescindíveis a sala de repouso e atividades, as demais podem ser organizadas de acordo com o espaço oferecido na instituição.

O CREI I possui salas de atividades que também servem como sala de repouso. O CREI II possui a sala de atividades, e da mesma forma que o CREI I, utiliza esta sala para o repouso das crianças. No entanto, constatamos que as salas de atividades do CREI I não são iguais às salas de atividades do CREI II. As salas de atividade do CREI I possuem algumas das regulamentações do documento, visto que a mesmo proporciona a realização de diversas atividades. As salas de atividade do CREI I possuem colchonetes, almofadas e brinquedos como orienta o documento. Em nossas observações constatamos que as salas não usufruem de um espaço tão amplo e estimulante. As salas são adequadas, mas conforme o documento ainda necessita de algumas alterações, para que as mesmas possam ser mais confortáveis e estimulantes. As referidas salas deveriam ser mais amplas, e deveriam possuir mais recursos didáticos, e mobília.

O CREI II por sua vez, possui salas de atividades amplas, aconchegantes, confortáveis, e estimulantes. Em nossas observações constatamos que as instalações deste CREI são bastante adequadas, uma vez que o referido CREI faz parte das novas construções da Cidade, e está incluído num novo parâmetro de qualidade, no que diz respeito às instalações físicas. Por essa razão, as instalações deste CREI superam as do CREI I, uma vez que o CREI I é Instituição antiga. Apesar da recente reforma feita no referido CREI, o mesmo não possui o mesmo padrão das novas Instituições. Conforme o documento, as salas de repouso e atividades devem ser da seguinte maneira: **Sala de repouso** deve ser um espaço destinado ao repouso, com berço ou similares, onde as crianças possam dormir com conforto e segurança; **Sala para atividades** deve ser um espaço destinado a diversas atividades,

organizado de forma estimulante, confortável e segura, que permita o desenvolvimento da criança oferecendo-lhe suporte para realização de explorações de brincadeiras. O espaço também deve comportar colchonetes amplos para as crianças engatinharem, almofadas e brinquedos de porte médio e grande.

O CREI I não possui fraldário. As crianças do berçário são higienizadas nos banheiros normais. O fraldário do CREI II fica localizado dentro da sala do berçário. O referido fraldário possui todo o material necessário para a higienização das crianças. Observamos que a localização do berçário facilita o atendimento às crianças pequenas, uma vez que quando é preciso trocá-las ou banhá-las, elas não precisam sair da sala. São utilizadas banheiras para dar o banho das crianças que ficam no berçário. De acordo com o documento, o **Fraldário** deve ser um local destinado à higienização das crianças, troca de fraldas e demais higiene. Como podemos constatar os CREIs não possuem as mesmas instalações físicas, principalmente em relação aos berçários, visto que as novas unidades são construídas para atender crianças que frequentam o berçário, maternal e o pré, e não apenas as crianças maiores.

O CRE I não possui lactário. A higienização das mamadeiras é realizada na cozinha da Instituição. Todas as funções do lactário são desenvolvidas na cozinha da Instituição. No CREI II possui lactário e o mesmo está separado da cozinha. Pelo que observamos, o mesmo é um espaço adequado e cumpre com sua responsabilidade, isto é, a de higienizar as mamadeiras e preparar o leite das crianças. Com base no documento, o **lactário** dever ser um local destinado a higienização, ao preparo das mamadeiras com técnicas de higiene alimentar. Podendo estar separado ou junto da cozinha da Instituição.

As salas de atividades dos CREIs são bem diferentes, principalmente com relação ao solário. As salas do CREI I não possuem solário. Todas as salas do CREI II possuem solário.

Observamos que o solário é um espaço bastante utilizado pelas crianças, pois o mesmo fica numa área externa da sala de aula, o que chama a atenção das crianças. Em alguns momentos da rotina, quando as crianças estão circulando livremente pela sala, elas costumam ir ao solário, de forma livre. De acordo com o documento, o solário deve ser: uma área livre e coberta para banho de sol, possuindo dimensão compatível com o número de criança atendidas. Conforme a orientação do documento, constatamos que a utilização deste espaço no CREI II ocorre de forma mais adequada.

No CREI I não existe sala de multiuso. O CREI II conta com uma sala de multiuso. Nesta sala as crianças assistem vídeos. Esta foi a única utilização que observamos.

Para o documento além das salas de atividades que também são concebidas como espaços multiuso. A sala multiuso deve ser um espaço destinado a atividades diferenciadas, planejadas de acordo com a proposta pedagógica da instituição, como alternativa para biblioteca, sala de televisão, vídeo ou DVD e som.

Nas duas Instituições possuem banheiros, no entanto suas instalações são diferentes. Os banheiros do CREI I não possuem prateleiras com os materiais de higiene necessários. Os sanitários são pequenos e adequados à idade, mas não possuem sanitários adaptados. Os banheiros do CREI II são adequados em comparação com os do CREI I, uma vez que os banheiros do CREI II são amplos, possuem sanitários adequados, inclusive adaptados e contam com materiais de higiene diversificados. Para o documento, os banheiros das Instituições de Educação Infantil devem ser implantados próximos às salas de atividades, não devendo ter comunicação direta com a cozinha e com o refeitório. Os parâmetros sugerem a seguinte relação do número de crianças por equipamento sanitário:

- ✓ 1 vaso sanitário para cada 20 crianças;
- ✓ 1 lavatório para cada 20 crianças;
- ✓ 1 chuveiro para cada 20 crianças.

Os dois CREIs observados possuem pátio coberto. Os pátios cobertos dos respectivos CREIs são semelhantes, mas possuem algumas peculiaridades. O pátio coberto do CREI I é um espaço amplo, arejado e é utilizado frequentemente pelas crianças. No pátio coberto do CREI I não possuem brinquedos. O pátio do CREI II é um espaço amplo, arejado e está localizado entre as salas de atividade. O pátio do CREI II conta com brinquedos de plástico, que favorecem o desenvolvimento das crianças, nos momentos em que elas brincam. De acordo com o documento, o pátio coberto deve estar de acordo com a capacidade máxima de atendimento da Instituição, com bebedouros compatíveis com a altura das crianças. Esse espaço deve ser planejado para utilização múltipla, como, por exemplo, festas e reuniões de pais.

- **ÁREAS NECESSÁRIAS AO SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO**

Serviço de alimentação é aquele que engloba todas as atividades relacionadas ao preparo e à distribuição das refeições. Este espaço possibilita, ainda, o desenvolvimento de

atividades educativas para crianças e adultos. O dimensionamento dessas áreas e seus equipamentos devem estar de acordo com as diretrizes políticas do município para o serviço de alimentação, como, por exemplo, preparar a alimentação na própria instituição ou terceirizar esse serviço.

De modo geral, as instalações necessárias aos serviços de alimentação e nutrição são as áreas básicas e o refeitório.

Os refeitórios das Instituições observadas são muito diferentes. O refeitório do CREI I é um espaço amplo, mas que não possibilita a socialização das crianças, o mesmo possui apenas uma mesa e algumas cadeiras. Sendo assim, as crianças são levadas em uma quantidade X, para que o espaço possa atendê-las. O refeitório é um espaço fechado, e conta apenas com algumas janelas.

O refeitório do CREI II fica localizado numa área externa. O refeitório conta com mesas e cadeiras pequenas, adequadas à idade das crianças. Este refeitório possibilita que as crianças visitem o espaço externo a sala de atividades, e estimula a socialização entre elas. De acordo com o documento, o refeitório deve ser um espaço para alimentação, e deve possibilitar a socialização e autonomia das crianças. Os parâmetros recomendam que este espaço possa ser articulado com a cozinha, contando com mobiliário móvel que viabilize diferentes organizações do ambiente.

Diante das observações, constatamos que o CREI precisa de uma reforma que tenha como base os Parâmetros Básicos de Infraestrutura, uma vez que o espaço do mesmo não está em consonância com esse documento. O CREI I possui um espaço de acordo com os parâmetros, com todas as determinações. É importante ressaltar que o CREI II é bastante novo e só está funcionando há dois anos, diferente do CREI que já funciona desde 1994.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil, atualmente primeira etapa da educação básica, é uma construção histórica que ganhou visibilidade através de diversos movimentos sociais, principalmente das mulheres, que buscavam uma equidade de direitos, sobretudo, por serem inseridas no mercado de trabalho.

Através da curta incursão histórica apresentada neste trabalho, constatamos que os primeiros atendimentos às crianças brasileiras estavam associados ao assistencialismo, tendo as instituições funções apenas de cuidar e proteger as crianças enquanto as mães trabalhavam. Apesar do crescimento do país, não existiam políticas que reconhecessem e valorizassem a educação de crianças menores de seis anos.

Conhecer a construção da Educação Infantil foi extremamente importante para reconhecermos que esta conquista foi consequência das lutas da sociedade, buscando o reconhecimento dessa etapa da educação tão importante para o desenvolvimento humano. Em virtude de importantes reformas educacionais a partir dos anos de 1980, a Educação Infantil é considerada como direito da criança e dever do Estado.

A partir dessa conquista, a Educação Infantil, passa a ser reconhecida como etapa da Educação Básica pela LDB. Em virtude disto, as instituições de Educação Infantil precisam superar o caráter assistencialista, transformando-se em locais que articulem o cuidar e o educar, viabilizando o desenvolvimento integral das crianças.

Através dos objetivos traçados neste trabalho constatamos a grande contribuição que a organização e a utilização adequada dos espaços físicos nas Instituições de Educação Infantil, proporcionam ao desenvolvimento das crianças. A organização do espaço configura-se enquanto elemento fundamental ao desenvolvimento integral da criança, visto que por meio das interações com o meio, a criança aprende e desenvolve-se. Sendo assim, constatamos por meio de estudos e observações práticas, que a organização e utilização adequada dos espaços físicos das Instituições de Educação Infantil contribuem de forma significativa e visível, para que o desenvolvimento integral e diversificado das crianças, seja de fato, garantido a elas.

Por meio do estudo acerca dos documentos que regulamentam a infraestrutura dos espaços físicos das referidas Instituições, e pela comparação dos mesmos com a realidade das Instituições que observamos, obtivemos a constatação a respeito de como os espaços estão sendo pensados e organizados. Através desta constatação, podemos afirmar que as organizações dos espaços físicos das Instituições que observamos, em João Pessoa, necessitam de algumas modificações básicas. Observamos que a organização destes espaços,

nem sempre estão de acordo com as propostas dos documentos, uma vez que, a utilização adequada dos espaços físicos, necessita basicamente de como ele está organizado.

Ressaltamos a partir da reflexão proposta neste trabalho, a importância dos espaços físicos na garantia da qualidade da Educação Infantil. Os espaços nestas instituições precisam ser planejados de acordo às necessidades da criança em movimentar-se e brincar em um ambiente seguro, confortável que desafiem de forma segura a curiosidade das crianças.

A reflexão acerca do espaço destinado a Educação Infantil, nos permite pensar nestes espaços com materiais que possibilitem a criação de um ambiente favorável às necessidades das crianças, que apesar de seguros, não limitem as possibilidades de exploração do universo infantil.

Os espaços físicos desenvolvem as potencialidades e estimulam novas habilidades essenciais na construção da autonomia, colocando a criança como agente construtora do seu próprio conhecimento, visto que a criança precisa explorar os espaços para vivê-lo e interagir com o mesmo.

A partir das observações feitas para a realização deste trabalho, constatamos que os CREIs ainda precisam se enquadrar às propostas para a Educação Infantil, sobretudo, na utilização do espaço físico enquanto fator pedagógico. Ressaltamos também a importância destas instituições estarem em consonância com os Parâmetros Nacionais de Infraestrutura para Educação Infantil, visto que estes buscam ampliar os olhares para o espaço nestas instituições, propondo um ambiente que estimule novas descobertas, proporcione segurança e promova uma aprendizagem que facilite a interação da criança com o meio.

Pudemos verificar também que ainda há uma certa desigualdade entre o conhecimento teórico que entende o espaço físico como fator direto no processo ensino aprendizagem, com a prática desenvolvida nestas instituições, visto que por meio das observações constatamos que os espaços não são utilizados de modo a contribuir no desenvolvimento das crianças. Em vista disso, é necessário que as instituições de Educação Infantil venham construir novos conceitos do espaço físico para a aprendizagem das crianças, por meio de práticas pedagógicas que estejam pautadas no pleno desenvolvimento da criança, como orientam os documentos oficiais.

Não se trata apenas de se ter um ambiente adequado, mas de se ter práticas pedagógicas que estejam devidamente planejadas e ligadas a esta organização. Nesta perspectiva, constatamos que as contribuições ao desenvolvimento da criança não ocorre apenas pela organização do espaço, mas pela adequada organização da utilização dos recursos

materiais, pelos professores e professoras. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil ressalta que:

No entanto, a melhoria da ação educativa não depende exclusivamente da existência destes objetos, mas está condicionada ao uso que fazem deles o professores junto às crianças com as quais trabalham. Os professores preparam o ambiente para que a criança possa aprender de forma ativa na interação com outras crianças e com os adultos. (BRASIL, 1998, v.1 p.68).

O RCNEI aborda a organização do espaço enquanto elemento fundamental ao desenvolvimento das crianças. A qualidade da utilização destes espaços se dá por meio de sua organização e adequação. Entende-se neste sentido, que a organização do espaço físico e dos recursos materiais utilizados é fundamental para que o trabalho educativo desenvolvido com as crianças seja capaz de possibilitar inúmeras experiências e vivências a criança e ao seu desenvolvimento. O referido documento enfatiza que a estruturação destes espaços, bem como a utilização de recursos materiais adequados, contribui para a qualidade das ações educativas presentes nas Instituições de Educação Infantil.

Constatamos, ainda, a necessidade de um melhor aproveitamento do espaço nestas instituições, bem como acreditamos que este estudo possa promover reflexões para as educadoras e futuras educadoras olharem o espaço físico como um componente curricular que proporcione novas oportunidades de aprendizagens e interações entre a criança e o meio que a cerca.

8. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006_____. Projeto de cooperação técnica MEC e UFRGS para construção de orientações curriculares para a educação infantil. **Práticas Cotidianas na Educação Infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. Brasília, MEC/SEB/UFRGS, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, 305 p.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Política nacional de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1994.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006a.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, v.1, 1998a.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, v.3 1998a.

_____. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006b.

_____. Ministério de Educação. Secretária de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando as próxima década: conhecendo as 20 metas do plano nacional de educação**. MEC/SASE, 2014.

_____. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006c

_____. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de Educação Infantil**. Brasília, Encarte 1: MEC/SEB, 2006d.

_____. Ministério de Educação. Resolução CEB Nº1 de 7 de Abril de 1999. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília. DF; MEC,

1999.

CAMPOS, Maria Malta. **Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas**. Porto, Portugal, 2012.

CUNHA. Susana Rangel Vieira da. A importância das artes na infância. In. CUNHA. Susana Rangel Vieira da (org.); DULCIMARA. Lemos Lino (et al). **As artes no Universo Infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

FIORI, Carla Coelho. **Os espaços físicos na educação infantil e suas relações com o processo de ensino e aprendizagem**. 2011. 48 f. TCC (Graduação em Pedagogia). UNESC, Criciúma, 06 de Junho de 2011.

GERHARDT, T. E. ; SILVEIRA, D. T. *Metodologia de Pesquisa*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Rio Grande do Sul, 2009.

KRAMER, Sonia. **As crianças de 0 a 6 anos das políticas educacionais no Brasil**: educação infantil e/é fundamental. Educação Social: Campinas. V 27, n 96, p. 797-818, Out. 2006.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. *Educação infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção docência em formação)

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. *Metodologia Científica*: um manual para a realização de pesquisas em administração. Universidade Federal de Goiás, Catalão/GO, 2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª Modernidade**. Braga: Instituto de Estudos da Criança: Universidade do Minho, Portugal, 2003.

LEAL, Florência de Lima. **A importância do lúdico na educação infantil**. 2011. 42 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) Universidade Federal do Piauí, Picos, 2011.

PASCHOAL, J. D. ; MACHADO, M. C. G. **A história da educação infantil no Brasil**: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n 33, p. 78-95, Marc. 2009.

TURCI, francielle. **O cuidar e o educar nas políticas públicas para Educação Infantil** [artigo/tcc]. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2012.

Pesquisa pela internet:

<http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia/proinfancia-apresentacao>